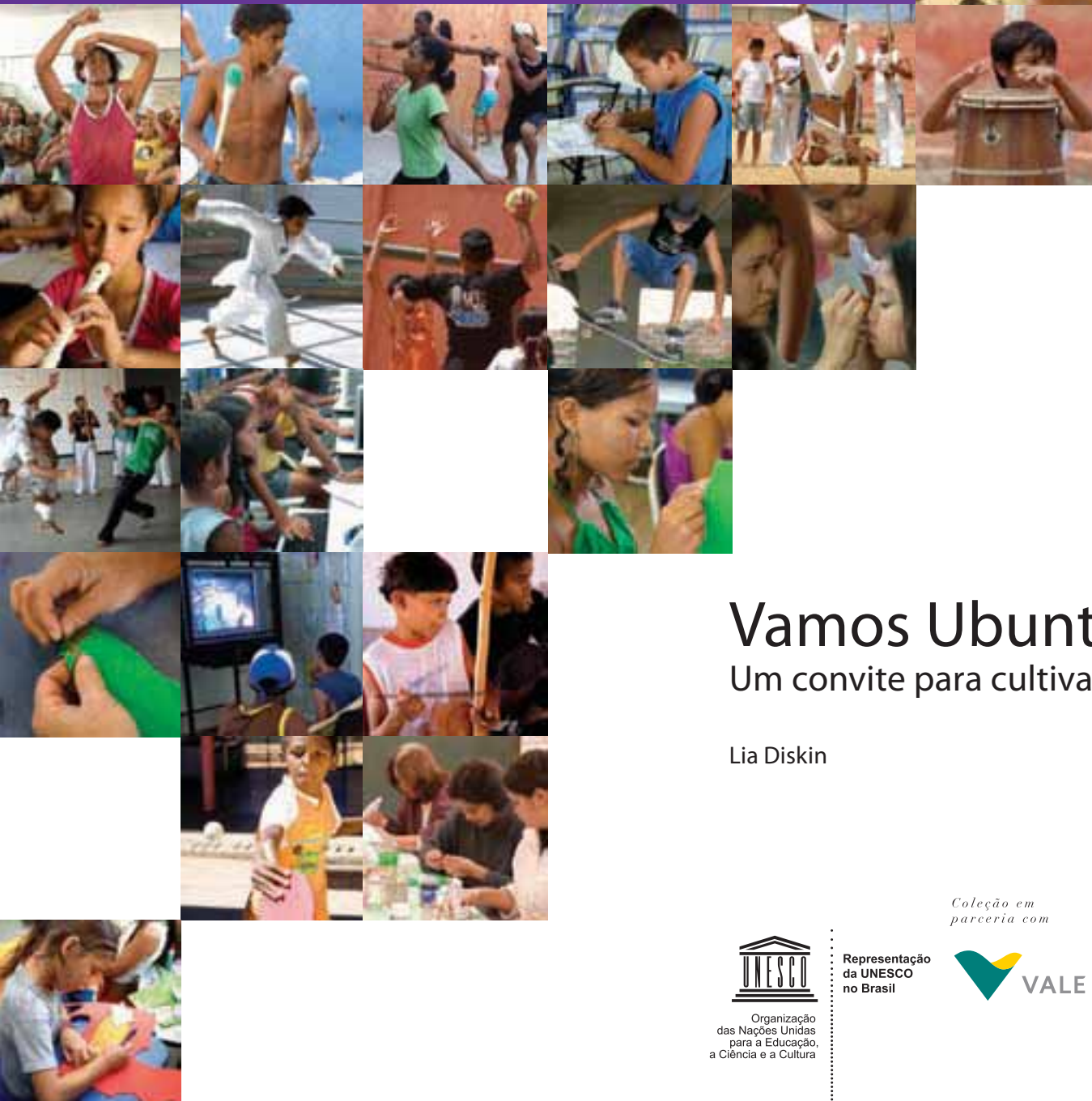


C o l e ç ã o

abrindoXespaços

EDUCAÇÃO E CULTURA PARA A PAZ



Vamos Ubuntar?

Um convite para cultivar a paz

Lia Diskin

*Coleção em
parceria com*



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação
da UNESCO
no Brasil



Vamos Ubuntar?

Um convite para cultivar a paz

Brasília, dezembro de 2008

Representação da UNESCO no Brasil

Representante

Vincent Defourny

Setor de Ciências Humanas e Sociais

Coordenadora

Marlova Jovchelovitch Noletto

Oficiais de Projeto

Carlos Alberto dos Santos Vieira

Beatriz Maria Godinho Barros Coelho

Rosana Sperandio Pereira

Alessandra Terra Magagnin

Coordenador Editorial

Célio da Cunha

Fundação Vale

Conselho de Curadores

Tito Botelho Martins Junior

Carla Grasso

Gabriel Stoliar

Pedro Aguiar de Freitas

Orlando Góes Pereira Lima

Olinta Cardoso Costa

Márcio Luis Silva Godoy

Adriana da Silva Garcia Bastos

Marconi Tarbes Viana

Associação Palas Athenas

Conselho Deliberativo 2005/2009

Ana Maria de Lisa Bragança

Aparecida Elci Ferreira

Daniela Maria Moreau

João Roberto Moris

Judith Berenstein

Laura Gorresio Roizman

Luiz Carlos Andrade Santos

Luiz Henrique F. S. Góes

Maria Elvira Ribeiro Tuppy

Maria José Piva R. Correa

Maria José Sesti Neves

Márcia Regina Gambôa

Mariangela Vassalo

Neusa Serra

Nilce Cappoccia

Raimunda de Assis Oliveira

Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais 2005/2009

Mariliza Doll de Moraes

Nazih Curi Meserani

Roberto de Almeida Gallego

Vamos Ubuntar?

Um convite para cultivar a paz

Lia Diskin



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação
da UNESCO
no Brasil



VALE



*Coleção em
parceria com*

© 2008 Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

Revisão: Jeanne Sawaya e Reinaldo de Lima Reis

Diagramação: Paulo Selveira

Capa e projeto gráfico: Edson Fogaça

Diskin, Lia

Vamos ubuntar? Um convite para cultivar a paz / Lia Diskin. – Brasília: UNESCO, Fundação Vale, Fundação Palas Athena, 2008.

97 p.

ISBN: 978-85-7652-079-5

1. Cultura de Paz 2. Violência 3. Jovens Desfavorecidos 4. Atividades Extracurriculares
5. Brasil I. UNESCO II. Fundação Vale III. Fundação Palas Athena IV. Título

CDD 303.66

A autora é responsável pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

Agradecimentos

A experiência do Programa Abrindo Espaços não existiria sem a colaboração de atores de inquestionável competência e verdadeiramente comprometidos com a melhoria da qualidade da educação no Brasil.

Entre essas pessoas, merece especial agradecimento o Ministro da Educação, Fernando Haddad, intelectual e executivo que vem demonstrando grande habilidade em dar novos rumos ao sistema educacional brasileiro, sem nunca medir esforços para apoiar as iniciativas da Representação da UNESCO no Brasil. Naturalmente, este agradecimento é extensivo a toda a sua equipe, sobretudo ao Secretário-Executivo do MEC, José Henrique Paim Fernandes, com quem o programa começou quando ainda era presidente do FNDE, ao Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, André Lázaro, e à Coordenadora Nacional do Programa Escola Aberta, Natália Duarte.

Agradecemos ao Ministro da Justiça, Tarso Genro, e a Ricardo Henriques, pois foi em suas gestões como Ministro da Educação e Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, respectivamente, que o programa foi lançado e tomou forma.

Agradecemos também à Diretora de Comunicação da Vale, Olinta Cardoso, e à Fundação Vale, que tornou possível esta coleção. Exemplo vivo de responsabilidade social, a Fundação demonstra com consistência que o conceito de progresso só é pleno quando o setor privado leva em conta fatores como preservação do meio ambiente, fortalecimento do capital social das comunidades com que interage e respeito às identidades culturais.

Agradecemos, por fim, aos profissionais da UNESCO envolvidos direta ou indiretamente no Abrindo Espaços, os quais trabalham incansavelmente pelo sucesso do programa, e aos colegas do setor editorial, que contribuíram para que este trabalho fosse bem-sucedido. São eles Doutor Célio da Cunha, Edson Fogaça, Jeanne Sawaya, Larissa Leite, Mônica Noletto, Paulo Selveira, Pedro Henrique Souza e Rodrigo Domingues.

Agradecimentos da autora

Ao professor Basílio Pawlowicz, parceiro de vida, ideais e realizações, cujo carinho e bondade ainda me surpreendem – apesar dos 38 anos de convivência.

À professora Lucia Benfatti, pela serenidade inspiradora que nos oferece a cada dia.

À senhora Tônia Van Acker, pela competência e paciência nas pesquisas contidas nesta publicação.

Aos companheiros da Associação Palas Athena, que fazem da filosofia uma experiência significativa de entusiasmo renovado.

Coleção Abrindo Espaços: educação e cultura para a paz

Coordenação

Marlova Jovchelovitch Noleto
Beatriz Maria Godinho Barros Coelho

Revisão Técnica

Marlova Jovchelovitch Noleto
Rosana Sperandio Pereira
Alessandra Terra Magagnin

Colaboradores

Gabriela Athias
Candido Gomes
Adriel Amaral

SUMÁRIO

Apresentação

A multiplicação da cultura de paz	11
<i>Vincent Defourny</i>	
Viver a paz, viver em paz	13
<i>Sílvia Vaz de Almeida</i>	

Introdução

Abrindo Espaços: inclusão social e educação para o século XXI.....	15
<i>Marlova Jovchelovitch Noletto</i>	

Onde estamos?

21

Vamos ubuntar?	29
----------------------	----

A paz na voz das culturas

33

Vamos ubuntar?	42
----------------------	----

A ética entra em cena

45

Vamos ubuntar?	58
----------------------	----

A paz como cultura	63
Por que paz como cultura?	65
Novas tecnologias de convivência	70
Vamos ubuntu?	94
Referências bibliográficas	95
Nota sobre a autora	97

Apresentação

A multiplicação da cultura de paz

No ano em que o Programa Abrindo Espaços: educação e cultura para a paz completa oito anos, a Representação da UNESCO no Brasil tem a oportunidade de lançar uma coleção de sete publicações para sistematizar uma iniciativa de inclusão social e redução de violência com foco na escola, no jovem e na comunidade.

O Programa Abrindo Espaços consiste na abertura das escolas públicas nos fins de semana, com oferta de atividades de esporte, lazer, cultura, inclusão digital e preparação inicial para o mundo do trabalho. Ao contribuir para romper o isolamento institucional da escola e fazê-la ocupar papel central na articulação da comunidade, o programa materializa um dos fundamentos da cultura de paz: estimular a convivência entre grupos diferentes e favorecer a resolução de conflitos pela via da negociação.

A UNESCO agradece à Fundação Vale pela parceria que lhe possibilita publicar esta coleção, uma ferramenta de multiplicação de um programa que já é política pública e está presente em escolas dos 26 estados da federação e do Distrito Federal.

O objetivo das publicações é compartilhar com a sociedade o conhecimento e a experiência acumulados pela UNESCO na gestão do Programa Abrindo Espaços, que tem como uma de suas missões agregar valor a iniciativas focadas na construção e na multiplicação da cultura de paz.

Além disso, auxiliar tecnicamente nossos parceiros na execução de programas e projetos capazes de construir um Brasil mais justo e menos desigual, especialmente para as populações vulneráveis, caso de milhares de jovens que vivem nas periferias pobres do país, onde atuam as escolas do Abrindo Espaços.

Conhecer as publicações é apenas o primeiro passo para o caminho a ser percorrido pelos interessados em identificar mais uma opção de sucesso na promoção da cultura de paz, na inclusão social e na redução de violência. A UNESCO no Brasil está à disposição para seguir contribuindo com estados, municípios e demais parceiros empenhados em aprofundar-se em programas dessa natureza.

Vincent Defourny

Representante da UNESCO no Brasil

Viver a paz, viver em paz

Paz, para ser vivida, tem de ser construída, dia a dia, nos pequenos atos, de onde germinam as grandes transformações. Paz é para ser realizada, não só idealizada. Paz se faz, não é dada.

Nós, da Fundação Vale, temos consciência de que a paz é, sobretudo, ação. E que só se torna realidade quando caminha junto com o desenvolvimento humano. Por isso, adotamos como uma de nossas áreas de atuação a educação: para a cidadania e para vida.

Acreditamos no papel estruturante da educação, na importância da inclusão social e no protagonismo juvenil – crenças partilhadas com a UNESCO no Programa Abrindo Espaços. A iniciativa, que nasceu da experiência em três estados brasileiros, tornou-se política pública em 2004 e agora, com esta coleção, realizada em parceria com a Fundação Vale, passa a ser sistematizada e oferecida a vários países.

O Programa Abrindo Espaços vem contribuindo para redefinir o papel da escola e firmá-la como referência entre os jovens. Ao ampliar o acesso a atividades de lazer, cultura e esporte, cria oportunidades para que os jovens exercitem valores como a não-violência, a liberdade de opinião e o respeito mútuo, fortalecendo suas noções de pertencimento ao grupo social.

Com esta coleção, esperamos transmitir vivências, compartilhar conhecimentos e, ao mesmo tempo, ajudar a criar condições para que se construa uma visão de futuro em que prevaleçam o diálogo, a tolerância e a responsabilidade.

Sílvio Vaz de Almeida

Diretor Superintendente da Fundação Vale

Introdução

Abrindo Espaços: inclusão social e educação para o século XXI

No ano 2000, durante as comemorações do Ano Internacional da Cultura de Paz, a Representação da UNESCO no Brasil lançou o Programa Abrindo Espaços: educação e cultura para a paz.

Ao longo destes oito anos, o programa, que, ao abrir escolas públicas no fim de semana, combina elementos de inclusão social e educação, solidificou-se e é a primeira ação da UNESCO no Brasil a tornar-se política pública. A metodologia proposta pelo Abrindo Espaços é a base do Programa Escola Aberta, criado pelo Ministério da Educação, em 2004, hoje presente em todos os estados brasileiros.

Entre 2000 e 2006, em parceria com secretarias municipais e estaduais de educação, o Programa Abrindo Espaços abriu 10 mil escolas e atendeu cerca de 10 milhões de pessoas nos cinco primeiros estados em que foi implantado – Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e São Paulo. Cabe destacar que em São Paulo o programa foi implantado em praticamente toda a rede estadual, atingindo 5.306 escolas de um total de 6 mil. Com o nome de Escola da Família, contou com 30 mil voluntários e 35 mil universitários atuando diretamente nas escolas.

A dimensão do Abrindo Espaços nestes anos de existência revela a riqueza da experiência acumulada por toda a equipe da UNESCO e, sobretudo, pelos parceiros e executores do programa.

A parceria com a Fundação Vale possibilita agora o lançamento de uma coleção de sete publicações que sistematizam a metodologia do Programa Abrindo Espaços em todas as suas dimensões –

bases conceituais, aplicações práticas e recomendações, análise de especialistas, custos de implantação –, além de incluir duas cartilhas cujo conteúdo ensina a vivenciar na prática a construção da cultura de paz. As cartilhas constituem um guia para professores, alunos, supervisores e todos aqueles envolvidos na operacionalização dos programas Abrindo Espaços e Escola Aberta, e reforçam a necessidade de se ter também instrumentais que possam orientar a ação de nossos educadores na construção de uma cultura de paz.

Costumamos dizer que a UNESCO tem muitos objetivos, mas uma única missão, que está destacada em seu ato constitutivo: “Uma vez que as guerras começam na mente dos homens, é na mente dos homens que as defesas da paz devem ser construídas.”

Por meio da criação e implantação do Programa Abrindo Espaços, a UNESCO no Brasil teve a oportunidade de atuar como laboratório de idéias, ajudando a criar as diretrizes metodológicas de um programa nacional baseado na cultura de paz, com o objetivo de propor um espaço de inclusão social e de valorização da escola pública.

Ao inserir-se no marco mais amplo de atuação da UNESCO, o programa contribui para fortalecer o conceito de educação ao longo da vida, bem como para a erradicação e o combate à pobreza. Volta-se ainda para a construção de uma nova escola para o século XXI, caracterizada muito mais como “escola-função”, e não apenas como “escola-endereço”, ou seja, uma escola que, de fato, contribua para o desenvolvimento humano e integral dos seus alunos e da comunidade.

O programa atua para ajudar a transformar as escolas em espaço de acolhimento e pertencimento, de trocas e de encontros. O objetivo é que elas sejam capazes de incorporar na programação oferecida no fim de semana as demandas do segmento jovem, bem como suas expressões artísticas e culturais, fortalecendo a participação dos estudantes e jovens nas atividades da escola.

Espera-se, ainda, que a abertura das escolas nos fins de semana contribua para uma reflexão sobre a “escola da semana”, sugerindo novas práticas capazes de interferir positivamente nas relações entre alunos e professores. É verdade que, quando se sentem acolhidos, os estudantes desenvolvem uma relação diferenciada com a escola e tornam-se menos vulneráveis à evasão escolar. Por isso, podemos afirmar que o programa contribui para ajudar a reduzir os preocupantes

números relacionados à grande quantidade de estudantes que ingressam no ensino fundamental em comparação com o reduzido percentual que consegue finalizar o ensino médio.

É importante destacar também o papel fundamental que desempenha a educação na redução de desigualdades sociais. Não há transformação social sem investimento em educação. Pesquisas feitas pelo Banco Mundial e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) demonstram que um ano a mais de estudo na vida de estudantes do sexo feminino impactam na diminuição da mortalidade infantil e materna, por exemplo. Tais estudos também demonstram o efeito de um ano a mais de estudo nos indicadores de empregabilidade e salários na América Latina.

O jovem como foco

O Programa Abrindo Espaços foi criado com base em uma série de pesquisas sobre juventude feitas pela UNESCO no Brasil. Tais pesquisas revelavam que os jovens eram, como ainda são, o grupo que mais se envolve em situações de violência, tanto na condição de agentes quanto de vítimas. A maior parte desses atos violentos acontece nos fins de semana, nas periferias, envolvendo, sobretudo, jovens de classes empobrecidas e em situação de vulnerabilidade.

Além disso, grande parte das escolas, especialmente as localizadas nas periferias das grandes cidades, estava envolvida em situações de extrema violência. Os *Mapas da Violência*, de autoria do pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz, lançados pela UNESCO nos anos de 1999, 2000, 2002 e 2004, foram fundamentais para entender o papel dos jovens nos casos de violência no país.

Considerando-se esses dados, pode-se entender que, por trás de uma idéia aparentemente simples – a abertura das escolas aos sábados e domingos para oferecer aos jovens e suas famílias atividades de cultura, esporte, arte, lazer e formação profissional –, há uma estratégia de *empoderar* os jovens, fortalecer a comunidade, fortalecer o papel da escola e contribuir para a redução dos índices de violência, construindo uma cultura de paz.

O Programa Abrindo Espaços trouxe ainda para o ambiente escolar estratégias utilizadas em trabalhos comunitários, como o levantamento das demandas locais, a valorização de talentos, o fortalecimento das ações por meio de parcerias com organizações não-governamentais e outras entidades que atuam na região da escola.

O fato de o Abrindo Espaços validar a experiência das comunidades e os saberes locais faz com que o programa contribua para “quebrar o muro” do isolamento institucional das escolas, abrindo de fato suas portas para os moradores, os pais dos alunos, enfim, a toda a comunidade, que passa a reconhecer a escola como sua. Os estudantes e sua comunidade sentem-se valorizados à medida que suas demandas são atendidas e que as expressões juvenis são fortalecidas. Isto possibilita maior integração entre todos os atores envolvidos no processo e favorece a descoberta de novas formas de relação capazes de gerar o sentimento de pertencimento tão necessário para o exercício do protagonismo juvenil.

O programa representa ainda uma alternativa à falta de acesso a atividades culturais, uma realidade nas periferias brasileiras. O acesso à cultura, à arte, ao esporte, ao lazer e à educação permite que os jovens encontrem outras formas de expressão diferentes da linguagem da violência. A participação em oficinas de teatro, artesanato, música, dança e outras tantas atividades lúdicas abre horizontes, fortalece a auto-estima e é capaz de ajudar o jovem a descobrir um novo sentimento de pertencimento em relação à sua escola e à sua comunidade.

Na dinâmica do programa, o jovem e a comunidade são os protagonistas – não são vistos como meros beneficiários das atividades do fim de semana. Os jovens desempenham papel central: articulam atividades e mobilizam a comunidade para participar do programa. Essa participação é reforçada à medida que a grade de programação revela e valoriza os talentos locais.

Outro aspecto a ser ressaltado é a natureza descentralizadora do programa, que permite aos estados, municípios e escolas terem flexibilidade para adequá-lo às realidades e necessidades locais, sempre orientados pelos mesmos princípios, conceitos éticos e metodológicos. O programa é único e flexível em sua diversidade, e construir essa unidade na multiplicidade foi um de seus grandes desafios.

Acreditamos ter encontrado o fio condutor dessa unidade, materializado numa proposta que valoriza o saber local, respeita o protagonismo juvenil, valoriza e reforça o papel da escola e envolve a comunidade no programa, adaptando a metodologia desenvolvida para cada realidade/diversidade nas múltiplas regiões do país.

Com esta coleção, acreditamos estar colocando à disposição de educadores, profissionais da área social e especialistas de todo o Brasil um instrumento que, ao lado de outros tantos, certamente permitirá trabalhar a inclusão social e os valores da cultura de paz na escola, de forma a contribuir para a redução das desigualdades e a formação de cidadãos cada vez mais solidários, que respeitem os direitos humanos e valorizem a tolerância, reforçando o papel fundamental da educação na transformação social.

Além de disseminar a boa experiência dos programas Abrindo Espaços e Escola Aberta no Brasil, acreditamos que esta coleção também contribuirá para o crescimento da cooperação internacional, uma das importantes funções da UNESCO.

Cabe ainda agradecer a importante parceria da Fundação Vale, por meio de sua então Presidente, Olinta Cardoso, ela própria uma entusiasta do programa, e de sua contribuição para a inclusão social e a melhoria da educação.

Agradeço também a todos os parceiros do Programa Abrindo Espaços nos estados e municípios onde foi implantado e aos parceiros do Programa Escola Aberta do Ministério da Educação, que juntamente com professores, diretores, alunos, jovens e as comunidades o transformaram em uma experiência de sucesso. Por fim, agradeço a todos os profissionais do Setor de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO no Brasil, uma equipe de pessoas comprometidas com um mundo melhor e sem as quais essa experiência não teria sido possível.

A concepção e a implantação do Programa Abrindo Espaços iniciaram-se no ano 2000 e se estenderam por todo ano de 2001, um ano que marcou profundamente minha vida. Em 2001, nasceu Laura, minha filha, e com ela renasceram em mim todas as convicções que alimento de que construir um mundo menos violento, mais igual e justo é tarefa coletiva e só será possível se esse desafio for assumido por todos, traduzindo os princípios da cultura de paz, dos direitos humanos e do respeito à diversidade, concretamente, na vida de cada cidadão.

Marlova Jovchelovitch Noleto

Coordenadora de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO no Brasil



Pingue-pongue está entre as atividades mais procuradas nas escolas no fim de semana. São Sebastião (DF).



ONDE ESTAMOS?

Ubuntu é uma palavra-conceito que, nas línguas africanas zulu e xhosa, significa “Sou quem sou por aquilo que todos somos”. Ela exprime o reconhecimento de um vínculo universal de compartilhamento que conecta toda a humanidade, no sentido de sermos pessoas através de outras pessoas. Nada mais verdadeiro. Quando ingressamos no cenário da vida, nossa condição é extremamente precária, precisamos de cuidados permanentes antes de adquirir autonomia. Nossos pais, ou aqueles que acolheram nosso desenvolvimento, tiveram de oferecer seu tempo, seu afeto e atenção por anos a fio para nos alimentar, agasalhar, educar, encorajar e abrir espaços de segurança onde cada um de nós pudesse expressar sua singularidade e potencial criador.

E não apenas eles, mas toda a comunidade ou cultura está presente em nossa formação. A unidade de sentido, o repertório de valores, a visão de mundo, os medos e aspirações permeiam o imaginário e a racionalidade que acompanha nossos dias. São os alicerces sobre os quais construímos e cultivamos nossa identidade, que é depositária de milhões de variáveis que atualizam a experiência sempre renovada e crescente da história da humanidade. Cada um de nós presentifica a ancestralidade que nos deu origem, e a cultura é a imagem visível de conhecimentos e fazeres que se perpetuam e também se renovam de geração em geração.

Nosso corpo, nossos gestos, o modo de ser e estar no mundo revelam nossa origem, que foi cantada e celebrada das mais diversas formas em espaços e tempos igualmente diversos, configurando inicialmente agrupamentos nômades, mais tarde tribos, clãs, aldeias, cidades, nações e hoje estados. Contudo, nenhuma dessas experiências seria possível sem um substrato comum que as sustentasse – o milagre da vida na Terra. Nas palavras de Edgar Morin: “a vida é uma emergência da história da Terra e o ser humano uma emergência da história da vida terrestre”.¹

Ela é o nosso berço, do mesmo modo que foi berço e túmulo de nossos ancestrais. Quando eles apareceram, há quase 200 mil anos, a natureza já tinha uma experiência acumulada de 3,5 bilhões de anos, portanto, somos personagens que estamos comparativamente há muito pouco tempo no cenário da vida.

Mas somos curiosos, observadores e aprendemos rápido. As plantas nos “ensinaram” a trançar fibras. Há espécies de palmeiras que protegem seus troncos com tecidos de admirável resistência. Insetos, notadamente a aranha e o bicho-da-seda, tornaram-se modelos para desenvolver nossas criações. Dos animais e pássaros aprendemos a caçar, construir moradas para nos protegermos de intempéries e predadores, a migrar de região em região na alternância das estações do ano. Com alguns mamíferos até aprendemos organização social, regras de convivência, brincadeiras infantis e cuidados parentais.

Apesar de distante no tempo, tudo isso chegou a nós através de pesquisas arqueológicas, pinturas, descrição de rituais, mitos e parábolas em que o humano mantinha vínculos muito próximos – e não necessariamente utilitários – com os outros reinos da Vida. Deuses, potestades, princípios espirituais foram caracterizados em numerosas culturas sob formas vegetais e animais, oferecendo uma coreografia cósmica cujos protagonistas intuíram o que hoje sabemos por meio de estudos científicos: todos os elementos de que somos feitos formaram-se no interior de estrelas que existiram antes do aparecimento da Terra! E não só os elementos, também a força vital inerente a todos os seres vivos e as coisas emanam do cosmos, única fonte de energia, matriz de toda e qualquer singularidade.

Os gregos da Antigüidade Clássica sentiam-se a si próprios como habitantes de quatro moradas ou casas. A primeira e mais abrangente era o *Kosmos*, espaço infinito de possibilidades que com-

1. MORIN, E.; KORN, A. B. *Terra pátria*. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. p. 137.

partilhamos com tudo quanto existe, composto de matéria e energia que obedecem a certas leis que as organizam de maneira regular e integrada. Observando e estudando essas leis, os antigos gregos falavam de uma harmonia universal que torna previsível os ciclos diurnos e noturnos; a sucessão dos solstícios e equinócios que dividem o ano em quatro períodos de três meses e dão origem às estações da primavera, verão, outono e inverno; a influência da Lua sobre as marés e os períodos mais propícios para a colheita.

À segunda morada chamavam *Pólis*, cidade que congregava clãs de famílias que guardavam entre si um senso de comunidade. Cuidando uns dos outros, ofereciam seus talentos e habilidades particulares para se beneficiarem mutuamente, consagrando-se, desse modo, ao bem comum, pelo qual todos eram co-responsáveis. Mas, para efetivar esse bem comum, foi necessário criar uma ordem, uma organização, estabelecer certas normas que, como no *Kosmos*, tornassem previsível e desejável um repertório de condutas e relacionamentos – nasceu assim a política como arte e ciência de governar com os instrumentos da justiça e das leis.

Oikos é o nome da terceira morada, que designa a residência particular, o lar onde conviviam as pessoas que tinham vínculos familiares, afetivos, onde se nascia e se recebiam os cuidados que permitem o desenvolvimento do propriamente humano através das relações interpessoais. Essas relações são saudáveis e promotoras de autonomia na medida em que a aceitação, a confiança e o respeito mútuos permeiam o espaço compartilhado, cuja administração e direção chamou-se *oikonomía*, da qual deriva nossa palavra “economia”, hoje mais focada no gerenciamento dos recursos e despesas domésticas.

A quarta e última morada referia-se à interioridade, alma ou consciência, onde cultivamos um modo de ser, sentir e fazer que expressa e identifica quem somos na interlocução permanente com o mundo. *Êthos*, caráter, índole, temperamento, disposição natural para o bem, é a inclinação para tornar patentes as virtudes ou excelências que todos os seres humanos temos em condição potencial. Na avaliação de Aristóteles: “As virtudes não nascem nem por natureza nem contra a natureza, mas nos cabe de nascença recebê-las e aperfeiçoá-las pelos hábitos”.² Portanto, eles

2. ARISTÓTELES. *Ética a nicômaco*, v. 2, 3.4.

consideravam o *êthos* a morada onde a nossa liberdade podia expressar-se da forma mais plena, visto que não é um espaço que recebemos pronto, acabado, definitivo, mas no qual podemos fazer a cada momento infinitas escolhas. Cabe a nós decidir o que pensar, sentir, imaginar, criar e fazer, contanto que assumamos a responsabilidade pelas consequências. Contudo, nos primeiros anos de vida, estamos totalmente expostos às influências do meio que nos acolhe, e grande parte da nossa aprendizagem dá-se mediante o poder de imitação, de reprodução de uma infinidade de códigos culturais que absorvemos de modo natural, e que legitimam nossa pertença a um determinado grupo humano.

Na fase de desenvolvimento o mundo nos molda e bem mais tarde, na fase adulta, adquirimos a capacidade de avaliar a qualidade e relevância, o significado e veracidade do que temos absorvido. Isto exige reflexão, distanciamento interior do cenário que configurou nossa percepção de realidade. O povo navajo, que mora no Novo México e no Arizona, representa sua cosmovisão por meio de um círculo quebrado: a parte do círculo corresponde aos costumes, instituições e tradições que mantêm a nação unida; a quebra indica a possibilidade e necessidade de alguém sair desse útero protetor e fazer uma crítica ao modelo preponderante. A abertura assinala a capacidade de renovação e aperfeiçoamento constante da cultura que lhes oferece identidade, exemplo da tensão construtiva entre moral e ética, sobre as quais voltaremos adiante.



Pintura de areia Navaja

Apesar de termos ingressado no cenário da vida há pouco tempo – se comparados com outras espécies –, nestes quase 200 mil anos de trajetória temos experimentado uma diversidade de mudanças comportamentais alucinante. A que hoje se apresenta como mais radical, pelas consequências ameaçadoras que acarreta, é o antagonismo criado entre natureza e cultura, ilustrado no relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas em Paris, no dia 2 de fevereiro de 2007. Compõem esse painel 2.500 cientistas de todo o mundo, provenientes de 193 países de diversas regiões do planeta: África, Ásia, América

do Sul, Américas do Norte e Central e Caribe, sudeste do Pacífico e Europa. As conclusões apresentadas não deixam dúvidas, a atividade humana é a responsável pelo efeito estufa:

[...] o aquecimento atual não é parte do ciclo natural do planeta, mas consequência de um estilo de vida iniciado na Revolução Industrial e ainda praticado pelos 6,5 bilhões de habitantes do globo. Por estilo entenda-se dependência de combustíveis fósseis para gerar energia, em especial petróleo e carvão, e desmatamento em larga escala.³

Isto provoca concentração de gases na atmosfera, que impedem a fuga do calor para o espaço, o que, por sua vez, resulta em aquecimento do planeta e desequilíbrio do delicado sistema climático. Consequências irreversíveis a curto prazo: maior incidência de furacões, tempestades, inundações, secas prolongadas, plantas que mudam seu ciclo e florescem no inverno, degelo de lençóis glaciais e redução da cobertura de neve com a decorrente elevação do nível das águas dos oceanos.

O pesquisador brasileiro José Antonio Marengo, um dos cientistas que participa do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, estima que no Brasil, ao longo deste século, a temperatura na região amazônica aumentará em 8°C, o que a transformará em cerrado; o semi-árido do Nordeste poderá transformar-se em árido e as regiões costeiras de Recife, Fortaleza, a foz do Amazonas e a Ilha de Marajó ficarão vulneráveis ao aumento do nível do mar.

Em 8 de abril de 2008, o Banco Mundial apresentou um novo relatório com o balanço do desmatamento no mundo durante o período 2000 – 2005, cujo gráfico podemos ver a seguir. Não temos motivos para nos orgulhar: o Brasil foi campeão em derrubada e queima de florestas.

As florestas são recursos naturais especialmente importantes, pois abrigam biodiversidade, oferecem serviços ambientais, e sequestram o dióxido de carbono (CO₂). Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, em 2005 o patrimônio mundial de florestas era de 0,61 hectares *per capita*, equivalente ao tamanho de cinco piscinas olímpicas. Mas esse patrimônio não está partilhado de modo igual, sendo que dois terços da área florestal global estão concentrados em dez países, enquanto

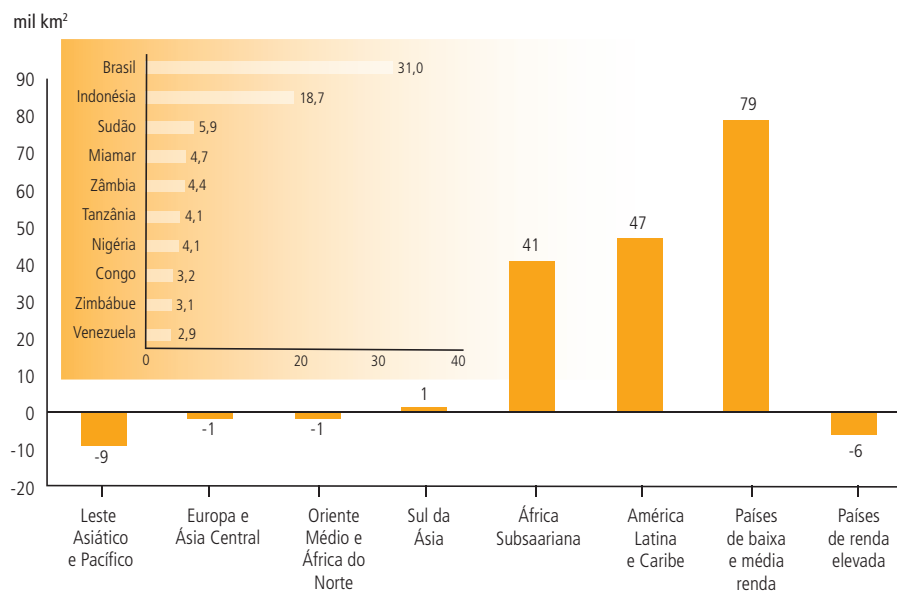
3. O ESTADO DE SÃO PAULO, a. 128, n. 41.381; p. 1; A 25-27, 3 fev. 2007.

cerca de 140 países têm menos de 5% das florestas do mundo. [...] De 2000 a 2005, a perda bruta de área florestal foi de 73.000 km² por ano (uma área aproximadamente do tamanho do Panamá). O desmatamento, principalmente para a criação de campos para a agricultura, foi grande em países de baixa e média renda, especialmente na América Latina, Caribe e África Subsaariana.⁴

Abaixo, a tabela com os dados numéricos sobre o desmatamento no mundo.

O alerta já vinha sendo dado por cientistas e grupos ambientalistas do mundo todo há mais de 30 anos, e hoje o senso de responsabilidade bate às portas da comunidade mundial sem fazer exceções. Nas palavras de Kofi Annan, durante a reunião da Conferência das Partes (COP) realizada em Nairobi em novembro de 2006: “A questão não é se a mudança climática está acontecendo ou não, mas se diante desta emergência planetária seremos, nós próprios, capazes de mudar rápido o suficiente”.

Gráfico 1



4. WORLD BANK. *Global monitoring report*, 2008. Washington, D. C.: The World Bank, 2008. cap., p. 184-186.

Como chegamos a isso? Em grande parte porque temos confiado mais no mapa do que no território, nas teorias e representações do que seja a realidade mais do que na base concreta que as inspirou. Um desses mapas nos fez acreditar que a Terra, com todas as formas de vida vegetal e animais aéreos, aquáticos e terrestres, foi criada apenas para usufruto de nossa espécie. Outro desses mapas afirmava a condição inesgotável dos recursos naturais. Um terceiro assemelhava a natureza a uma máquina, portanto, objeto mecânico de fácil controle por parte do homem, que passava assim à condição de sujeito totalmente dissociado de seu meio, um ser não-natural, fora e acima da natureza.

Bastou um passo para chegarmos à Revolução Industrial – viabilizada por uma série de invenções como o motor a vapor, a mecanização da agricultura, a máquina de fiar rotativa, a locomotiva, o telégrafo, o telefone e a bateria elétrica – iniciada na Grã-Bretanha no século XVIII e mundializada no século seguinte. Isto provocou uma mudança nos meios de produção que resultou no deslocamento das populações rurais para as cidades, na formação de massas humanas assalariadas e na primazia da idéia de progresso científico e tecnológico baseados na noção quantitativa do crescimento econômico, com a conseqüente centralização das decisões no sistema produtivo e na estrutura do poder político.

A doutora Elisabet Sahtouris, bióloga e consultora das Nações Unidas para povos indígenas, assinala que:

A confusão de modelos com a realidade tem origem na incapacidade de compreender que cientistas criam *abstrações*, da mesma maneira que os artistas. Se considerassem os modelos da natureza como abstrações, não os confundiriam mais com a realidade do que artistas confundem seus quadros ou esculturas com os sujeitos reais que retratam. [...] Podemos entender agora que o perigo real de confundir modelos científicos com a realidade é que os aspectos da natureza que não podemos medir e, por conseguinte, não podemos abstrair, talvez sejam os aspectos mais essenciais.⁵

Ou seja, a capacidade complexa de auto-organização, mudança ou renovação constante que a perpetua, e na qual estamos imersos como sistemas vivos, de onde cada ser humano é uma unidade

5. SAHTOURIS, E. *A dança da terra, sistemas vivos em evolução: uma nova visão da biologia*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1998. p. 204-205.

complexa ao mesmo tempo física, biológica, psíquica, cultural, social e histórica. Subtrair qualquer destas dimensões, ou priorizar uma sobre a outra, dilacera a unidade e a integralidade que faz de nós aquilo que somos – humanos dotados de capacidade de perceber e se perceber, de criar, imaginar e planejar um futuro, e ainda de promover ações tão singulares como as inspiradas pelo amor e o perdão.

Os desafios não são poucos, pois estamos assinalando concretamente mudanças comportamentais que não acontecem nem por decreto nem por inspiração poética – é necessário um esforço real e contínuo para revisitar nossos procedimentos cotidianos e relacionamentos interpessoais. Qual a qualidade de minha presença no mundo? Contribuo no meu dia-a-dia para pacificar, criar oportunidades de expressão e realização daqueles que me cercam? Evito o juízo apressado e que desqualifica os outros? Legítimo através do respeito as opiniões alheias, que nem sempre convergem com as que eu sustento? Fico alerta para não desperdiçar água, alimentos, que sabemos serem necessários para a própria sobrevivência dos seres vivos? Acompanho os gastos públicos através dos portais governamentais ou em reuniões de classe ou mesmo associações de bairro? Participo no meu prédio dos encontros de condôminos para atender agendas urgentes como a seleção do lixo, diminuição de consumo elétrico, organização de parcerias com outros prédios para aproximar vizinhos em busca de criatividade para cuidar do livre acesso das calçadas e das árvores ou plantas que houver nelas? Seguramente as questões vão além do local, e devem abraçar o global.

Nessa perspectiva, nas últimas décadas emergiram novas oportunidades e ferramentas para gerar conhecimentos, notadamente a cibernética e a internet. Os desafios apresentados pela degradação ambiental, a pobreza crescente, a desigualdade e a exclusão social, o fracasso das ideologias em proporcionar bem-estar para todos, a escalada da violência urbana, o consumismo como finalidade e o esgotamento das instituições sociopolíticas para renovar visões de futuro comum abrem as portas de espaços de consciência que buscam ressignificar nosso modo de ser e estar no mundo, religando natureza e cultura, ciência e espiritualidade, tradição e atualidade, autonomia e interdependência, o prosaico e o poético. Que buscam, enfim, re-encantar o mundo criando redes de comunicação planetária que incentivem o protagonismo cidadão, compartilhamento de responsabilidades, circulação das informações, compromisso cotidiano com os direitos humanos, democracia participativa e implementação da cultura de paz mediante o exercício de novas tecnologias de convivência.

Vamos ubuntar?

1. Nas grandes áreas tribais do oeste da Índia, especialmente no Rajastão, ainda vivem comunidades que consideram os bosques lugares sagrados, pois são as árvores que oferecem alimento, combustível, forragem para os animais, proteção para o solo e o ar, e a umidade que gera as chuvas. “Sempre que nasce uma criança planta-se uma árvore em seu nome, estabelecendo entre a criança e a árvore uma relação mais forte do que a existente entre a criança e sua família, porque a árvore pertence apenas à criança”, explica Gita Mehta no seu livro *Escadas e Serpentes*⁶.

Há trezentos anos, nessa mesma região, aconteceu a primeira manifestação coletiva de martírio em defesa das árvores de que temos notícia. O rei de Jodhpur requisitou madeira para alimentar os fornos de seu palácio e enviou seu exército para cumprir suas ordens. Quando chegaram aos bosques circunvizinhos foram interpelados pelos bishnoi, tribo estritamente vegetariana cuja fé proíbe o corte de árvores vivas. Sem dar-lhes ouvidos, começaram a usar seus machados. Amrita Devi, desafiante, amarrou-se então a uma árvore, e assim fizeram mais 363 mulheres e homens de sua aldeia. Todos morreram.

Informado sobre a tragédia, o rei de Jodhpur apresentou pedido oficial de desculpas aos membros da tribo e promulgou um decreto real:

- Proíbe-se estritamente o corte de árvores vivas e a caça de animais nas áreas habitadas pelos bishnoi.
- Se por algum engano alguém violar estas ordens será processado e receberá severa pena.
- Mesmo os membros da família real estão proibidos de caçar animais tanto nas vilas como nas redondezas das comunidades bishnoi.

Até os dias de hoje, anualmente, há uma feira na aldeia de Amrita Devi para homenagear sua coragem e espírito visionário – as terras dos bishnoi ainda continuam férteis e generosas, ao passo que nos arredores o deserto, a salinização e a aridez avançam de maneira alarmante, provocando migrações em massa e desolação na população remanescente.

6. MEHTA, G. *Escadas e serpentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 173.

Sugestões para reflexão e diálogo em grupo:

- *Qual a relação entre desmatamento e pobreza?*
- *Os bishnoi talvez sejam os primeiros ambientalistas que conhecemos. Os precursores do Greenpeace. Os antecessores de Chico Mendes. Quais são as causas que defendem? Por quê?*
- *A Amazônia é brasileira. Por que se fala então de internacionalizar a floresta? Quais são os argumentos a favor e contra?*
- *Percorra o quarteirão de sua casa ou escola. Há árvores? Em que estado se encontram? Sabe dizer a que espécie pertencem?*
- *Já plantou uma árvore, já cuidou ou cuida de uma planta? Consegue identificar os sentimentos que acompanham essas experiências?*

O historiador William Irwin Thompson, organizador do livro *Gaia – uma teoria do conhecimento*, assinala:

É paradoxal que embora o Produto Nacional Bruto (PNB) seja invisível, e a poluição uma das coisas mais visíveis, a abstração seja aceita como realidade concreta e a experiência de vida real relegada às margens da sociedade, onde é recolhida por ambientalistas, artistas, filósofos e outros grupos descontentes ⁷.

Que estão denunciando estas observações? Onde está o mapa, onde o território?

Se quiser fazer uma pesquisa hoje há muitas fontes disponíveis: jornais, revistas, internet, publicações de ONGs dedicadas ao meio ambiente e à sustentabilidade do planeta, programas de TV, programas de rádio.

7. THOMPSON, W. I. (Org.). *Gaia: uma teoria do conhecimento*.

2. O mundo inteiro acompanhou recentemente, com emoção e surpresa, a participação de um golfinho em uma operação de resgate. A Folha Ciência do dia 13 de março de 2008 nos informa:

“Um golfinho salvou duas baleias moribundas da morte por encalhe na Nova Zelândia, guiando-as em segurança para o mar, afirmaram testemunhas. O ato do animal, uma fêmea da espécie nariz-de-garrafa apelidada Moko, deixou boquiabertas as pessoas que tentavam ontem resgatar as baleias e um especialista, que viram naquilo uma evidência da natureza “amigável” desses animais. As baleias, dois cachalotes-pigmeus (aparentemente mãe e filhote), se desorientaram e encalharam numa praia a 500 km de Wellington, capital do país. Uma equipe de resgate tentou por mais de uma hora conduzi-las de volta ao mar, mas elas encalharam mais quatro vezes e se recusavam a voltar ao mar. Foi quando Moko apareceu, aparentemente atraída pelos chamados de agonia das baleias. Metendo-se entre o grupo de resgate e os animais, ela fez com que as baleias nadassem em direção a um canal na saída da praia”.

Sugestões para reflexão individual ou em grupo:

- *Já soube de outras intervenções solidárias por parte de animais?*
- *Será que a cooperação e a empatia são qualidades apenas humanas? Ou serão parte integrante da vida, portanto passíveis de emergir como comportamento em todos os seres vivos?*
- *Por que os seres humanos têm bichos de estimação? O que acontece nesse tipo de relacionamento?*

Você conhece o Projeto Tamar? Ele nasceu nos anos 70 para salvar e proteger as tartarugas marinhas do Brasil, conscientizando e mobilizando as comunidades locais para evitar a caça indiscriminada e a apropriação dos ovos. Hoje já foram salvos 8 milhões de filhotes de tartaruga que foram libertados no mar⁸.

Você conhece as ações do Instituto Nina Rosa? Ele foi criado para promover a valorização da vida animal através da educação humanitária e oferece informação de qualidade sobre a exploração e maus-tratos com animais, e dá sugestões práticas para sermos humanos amigos dos animais, da comunidade e do planeta onde vivemos⁹.

8. Disponível em: <<http://www.tamar.com.br>>.

9. Disponível em: <<http://www.institutoninarosa.org.br>>.



Algumas escolas possuem bandas de música que se apresentam em vários locais da cidade. Escola Décio Martins Costa, Rio de Janeiro (RJ).



A PAZ NA VOZ DAS CULTURAS

Os estudos sistemáticos sobre a paz são relativamente recentes. Datam da segunda metade do século XX, em grande parte motivados por uma crescente sensibilidade que vamos adquirindo frente à violência em todas suas expressões, desde as mais brandas e naturalizadas, culturalmente legitimadas, como a palmada “pedagógica”, o tráfico de influências, o nepotismo, a burocracia, o sigilo de informações, até as hediondas como o genocídio, as xenofobias, as discriminações raciais e sociais, a instigação ao conflito bélico entre nações para obter dividendos com a indústria armamentista. A guerra é cada vez mais impopular, indesejada, inconveniente e incompatível com nossas aspirações de vida.

Contudo há antecedentes relativos à paz dignos de nota na história tanto do Oriente quanto do Ocidente, que estimamos importante analisar pela profundidade de suas reflexões e pela contribuição que ainda oferecem a estes estudos.

No Extremo Oriente, encontramos o aporte oferecido pelo jainismo, tradição filosófica espiritual pré-védica cujos preceitos foram compilados e organizados por Mahavira, contemporâneo histórico do Buda, no século VI a.C., e que exerceu grande influência no pensamento de Gandhi.

O postulado central é a doutrina do caráter multifacetado da verdade, *Anekantavada*, segundo a qual tudo no universo pode ser observado a partir de diferentes pontos de vista, possibilitando diferentes conclusões. Assim, “uma determinada coisa existe unicamente com referência à sua substância, seu espaço, tempo e modo particulares; e não existe com referência à sua substância, seu espaço, tempo e modo diferentes”.¹⁰ Esta abertura pluralista, que expressa respeito pelas diversas abordagens do conhecimento em busca de compreensão, está alicerçada no compromisso inequívoco com a primeira e principal observância ética estabelecida pelo jainismo: a não-violência, *ahimsa*, em pensamento, palavra e ato. Abster-se de causar sofrimento é o princípio fundante da humanidade do homem, cuja existência não consiste em estar no mundo, mas sim em estar com os outros.

A violência física é a ponta do iceberg, a expressão visível do que foi antes expresso pela palavra e articulado no silêncio do sentir e do pensar. Podemos ferir alguém sem atingi-lo corporalmente, com um gesto, um olhar e até um não olhar. Há pessoas que se tornam “invisíveis” socialmente, seja pelas funções que desempenham, aparência que carregam ou estado em que se encontram. O psicólogo social Fernando Braga da Costa evidenciou a “invisibilidade pública” na sua tese de mestrado apresentada na USP em 2002. Durante oito anos ele vestiu as roupas e boné dos garis e passou meio período do dia trabalhando nessa função nas ruas da própria USP. Nunca foi reconhecido pelos seus professores nem pelos seus colegas de estudo. “Descobri que um simples bom-dia, que nunca recebi como gari, pode significar um sopro de vida, um sinal da própria existência.”

A palavra pode ser igualmente violenta quando humilha, difama, desqualifica, ofende, ironiza, ridiculariza ou demoniza alguém, um grupo, uma tradição ou nacionalidade. Mas a recusa em dirigir a palavra a outrem também pode menosprezar, intimidar e envergonhar.

Os jainistas estão cientes deste potencial ofensivo que carregamos, por isso destinam tempo para se auto-educar, disciplinando primeiramente as atitudes, as disposições internas que nos autorizam a prejudicar os outros comprometendo os relacionamentos e o convívio social. A violência não é um direito, pelo contrário, é a quebra do princípio de convivência que viabiliza a nossa sobrevivência.

10. JAIN, J. C. *Jainismo: vida e obra de Mahavira Vardhamana*. São Paulo: Palas Athena Editora, 1982. p. 68.

Amitigati, um praticante dessas disciplinas e destacado filósofo do século XI recomenda:

Amizade para com todos os seres,
alegria pelas qualidades dos virtuosos,
máxima compaixão pelos aflitos,
equanimidade para os que não estão
bem-intencionados comigo.
Que minha alma tenha sempre estas inclinações.

Foi dessa nascente milenar que Gandhi criou uma das arquiteturas políticas mais bem-sucedidas, capaz de conquistar a independência de um país sem recurso à violência. Raychandbhai, jainista natural da mesma região onde cresceu o Mahatma, foi um de seus interlocutores mais assíduos e com quem manteve fecunda e longa correspondência durante suas viagens, e a quem atribui profunda influência nas suas convicções e conseqüente ação.

Nascido numa sociedade que aclamava a obediência, a submissão e o respeito às tradições ancestrais como objetivos naturais da vida pública e privada, Gandhi quebrou o elo da dominação externa que durante trezentos anos manteve a Índia na condição de colônia britânica e, ao mesmo tempo, aboliu costumes enraizados na sua cultura que perpetuavam uma sociedade estratificada em castas que legitimavam superstições desumanas.

As injustiças impostas a uma comunidade ou nação – afirmava Gandhi – são perpetradas por alguns, mas sustentadas por todos, inclusive pelos oprimidos. Esta é a grande descoberta sociológica que ele nos oferece: vítima e carrasco se alimentam mutuamente. Para combater a injustiça é necessário se auto-educar, isto é:

- reconhecer que qualquer situação de violação de direitos se perpetua se há cooperação por parte dos oprimidos, ou seja, se estes aceitam a opressão como fatalidade ou condição natural da existência;
- mudar a atitude interna de passividade, resignação, indiferença, e gerar respeito por si mesmo, dignidade, autoconfiança e coragem;
- ter a determinação para deixar de obedecer e submeter-se, apesar das represálias que isso possa acarretar.

Portanto, a não-cooperação com o ignominioso é um dever. Cooperar seria participar da violência que condenamos. Mas esse dever, diz Gandhi, pode realizar-se unicamente por meios não-violentos. Sejam quais forem os instrumentos usados para acabar com a exploração e as injustiças, eles devem estabelecer um compromisso com a não-violência – princípio soberano de transformação pessoal e social – cujo objetivo é restaurar a dignidade tanto do agressor como da vítima. Conseqüentemente, a ação reparadora deve estar dirigida à agressão e nunca ao agressor.

Nesse sentido, a não-violência é uma linguagem, uma modalidade de ser e de estar no mundo que se aprende com a prática, com o exercício cotidiano inspirado no compromisso de não causar sofrimentos gratuitos nem alimentar ressentimentos. Se o que se busca é estabelecer relações mais justas e libertárias, então é necessário concentrar o poder reparador da ação na própria situação que gerou e sustenta a beligerância. Inverter a situação entre opressor e oprimido, tornando este último ganhador e o outro perdedor seria inútil, porque preservaria o círculo vicioso de vingança que retroalimenta vítima e o carrasco, corrompendo e bestializando ambos.

A respeito disto Gandhi afirma: “Podemos ter certeza de que um conflito foi solucionado segundo os princípios da não-violência se não deixa nenhum rancor entre os inimigos e os converte em amigos”. Isto revela uma ousadia intelectual que amplia nosso entendimento da condição humana, ao mesmo tempo em que promove a criação de um número maior de alianças para fortalecer o tecido social sobre bases de convivência confiáveis que, por sua vez, abrem caminho para a paz.

É oportuno lembrar que Gandhi testou suas idéias nos tribunais, em meio a manifestações populares inflamadas, no cárcere, com dissidentes políticos, entre parlamentares e até com representantes da coroa britânica. Não é um teórico nem um acadêmico de gabinete, mas um político, um cientista social e articulador paciente e persistente. Tampouco é um romântico que ignora a sedução que a sede de poder, de reconhecimento e de riquezas exerce sobre todos nós. Todavia, acredita firmemente na condição transformadora das forças espirituais que desencadeiam o legado das religiões, independentemente da cultura onde tenham florescido. Ele diz a respeito de si mesmo: “Não sou um santo que se tornou político. Sou um político que está tentando ser santo”.

A centralidade ética da sua experiência política foi continuada por quase todos os “revolucionários” pacifistas do século XX. Notadamente Martin Luther King Jr., Desmond Tutu, Nelson

Mandela, o Dalai Lama, Vaclav Havel e outros, cujas ações construtivas na esfera econômica, social, política, cultural e religiosa afirmam os princípios mais elevados do amor e a justiça. A atualidade de suas experiências está evidenciada pelo fato de ser referência unânime em todos os estudos e pesquisas contemporâneos sobre cultura de paz, mediação de conflitos, desenvolvimento e *empoderamento*, simplicidade voluntária, responsabilidade social, economia solidária. Atualidade endossada nas palavras de Martin Luther King Jr.: “Gandhi era inevitável. Se a humanidade há de progredir, não poderá esquecer Gandhi. Ele viveu, pensou e agiu inspirado pela visão da humanidade evoluindo para um mundo de paz e harmonia. Se ignorarmos os seus ensinamentos, não poderemos nos queixar”.

As reflexões sobre a paz no Ocidente seguiram outras trilhas, que podemos analisar sob duas vertentes historicamente simultâneas: aquelas aliadas a um projeto coletivo, que associa a paz à justiça, e as que centram seu exercício na atividade da alma, na conquista da liberdade interior proporcionada pela razão/vontade quando estas sobrepujam a tirania das paixões desagregadoras, egoístas e beligerantes.

Jaqueline de Romilly,¹¹ helenista e professora do Collège de France, diz que os gregos da Antiguidade Clássica, apesar de abominarem a guerra, conceberam a paz apenas como intervalos dela. “Na paz, os filhos enterram os pais. Por sua vez, na guerra os pais enterram os filhos”, advertia Heródoto. “Miseráveis humanos, por que motivo vocês pegam em armas e matam-se uns aos outros? Basta, deixem de combater. Fiquem em casa, em paz; e deixem os outros em paz”, clamava Eurípedes.

Hesíodo, bardo do século VIII a.C., portanto anterior ao surgimento da pólis, nos diz em sua *Teogonia* que Zeus, deus todo-poderoso, e Têmis, outro nome da própria Terra, conceberam três filhas: Eunômia, Dique e a viçosa Eirene, que nós traduzimos por Eqüidade, Justiça e Paz, conhecidas sob o nome coletivo de as Hórai – as Estações, que, como assinala o prof. Jaa Torrano,

põem em evidência quanto o pensamento arcaico apreende como uma Ordem única e unitária o que nós cindimos em distinções como ordem político-social, ordem natural e ordem temporal. Uma crença profunda de Hesíodo era a de que as injustiças sociais

11. ROMILLY, J. de . A Paz na antiguidade. In: _____ et al. *Imaginar a paz*. Brasília: UNESCO, Paulus Editora, 2006.

acarretavam não só perturbações e danos às forças produtivas da natureza, mas também subvertiam a própria ordem temporal. [...] Equidade, justiça e paz têm por função instaurar a boa distribuição dos bens sociais, as boas relações entre humanos e a ordem que dá ritmo às forças produtivas da natureza.¹²

É significativo o fato de, no Olimpo, serem estas três irmãs as responsáveis por guardar as portas da mansão dos deuses.

O estoicismo é a filosofia representativa de uma outra vertente, que denuncia os horrores das guerras civis e da discórdia, das lutas intestinas pelo poder, das preocupações, adversidades, cuidados e das emoções da vida comum como a ambição, a ganância e o caráter ilimitado dos desejos. Seu ideal é conquistar a imperturbabilidade, a serenidade e paz da alma através do cultivo da razão, da aceitação do destino e da educação das forças irracionais que ameaçam desde o interior de cada ser humano o desfrute de uma felicidade duradoura. Assim como o animal é guiado infalivelmente pelo instinto, o homem é infalivelmente guiado pela razão; e é esta que lhe oferece normas infalíveis de ação que constituem o direito natural.

Esta escola aconselha dedicar-se às questões que verdadeiramente dependem de nós. Fama, poder e riqueza não dependem apenas de nós, mas de uma série de circunstâncias que as possibilitam ou não. Entretanto, aquilo que pensamos e fazemos, a qualidade dos relacionamentos que estabelecemos, o núcleo de interesses que cultivamos, estes sim dependem de nós. A estes devemos nos dedicar.

A vida contemplativa não levou os estóicos a aceitar tudo que existe como necessário. Eles exerceram uma poderosa crítica social e política que chegou a promover reformas fundadas nos seus ideais do sábio e do cosmopolitismo, isto é, a tese de que o homem é cidadão do mundo e não de um país determinado, idéia revolucionária que afirma a identidade da natureza humana e reconhece o valor absoluto de toda pessoa. Tais sentimentos eram totalmente desconhecidos para o mundo antigo, onde estão presentes escravos, estrangeiros, forasteiros, inimigos; “onde campeia solitária uma justiça que de fato existe, porém, apenas para os concidadãos livres. [...] Esse cosmopolitismo

12. HESÍODO. *Teogonia*: a origem dos deuses. São Paulo: Iluminuras, 2006. p. 62.

promove os conceitos de sociedade universal, de direito natural, de lei racional”¹³ que irão influenciar a Roma imperial e o cristianismo, mas também toda a cultura ocidental até os nossos dias.

Em Roma a paz vincula-se ao poder, a um poder centralizado, autoritário, que inicia com Augusto César (29 a.C.) ao declarar o fim das guerras civis e instaurar a *Pax Romana*. Nesse período, o império dominava desde a fronteira da atual Escócia até o Oriente Médio e do Danúbio ao Egito e ao Marrocos. Centenas de povos com seus costumes, idiomas e tradições ficaram sob a “proteção” do imperador, seus legionários e instituições militares, que lhes ofereciam segurança pessoal, tranquilidade e possibilidade de desenvolvimento, visto que o próprio exército dedicava-se à construção de estradas e pontes, saneamento urbano e espaços de cultura. Terras que antes eram constantemente devastadas, aldeias e cidades saqueadas e populações dizimadas, sentem a presença do Império como promotora de paz. Obviamente uma paz imposta e, conseqüentemente, ambígua, perigosa e dependente.

“A paz deixa de ser associada à justiça e à equidade, como na Grécia, para se vincular à guerra e à vitória. A paz romana é uma paz armada, [...] que retomou alguns elementos da simbologia grega e os releu em novos contextos”, diz o Dr. Marcelo Rezende Guimarães, que mais adiante conclui:

Não mais a compreensão de paz para a civilização, como condição de desenvolvimento e florescimento desta, mas a paz da civilização, conseqüência da organização e ação imperial. A simbologia da paz torna-se expressão da autoconsciência do cidadão romano. Ao mesmo tempo, imprimiu uma conotação de serenidade, tranquilidade e concórdia à noção de paz, características que, junto com a noção de segurança, marcarão indelevelmente a simbologia ocidental.¹⁴

Não podemos ignorar o aporte sapiencial que nos proporcionaram todas as religiões e tradições espirituais do mundo na compreensão e experiência da paz. Cada uma a seu modo – com a linguagem e o cenário que lhe ofereceram as culturas onde articularam sua inspiração – apresenta cartografias do Sagrado, onde o mundo está povoado de significados que nos convidam a decifrá-los. Cada uma assinala uma realidade profunda que os sentidos não conseguem perceber, a razão

13. PADOVANI, H.; CASTAGNHOLA, P. L. *História da filosofia*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1995. p. 149.

14. GUIMARÃES, M. R. *Paz, reflexões em torno de um conceito*. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/educar/balestreri/inquietude/marcelorezend.htm>>.

não atina a compreender e a palavra fica muda, incapaz de exprimir o que sente. E o que se sente é, ao que tudo indica, universal, pois a experiência religiosa transmitida ao longo da história por metáforas, alegorias, símbolos ou cânticos celebra o mistério de uma dimensão de vida mais plena, gratificante e cheia de sentido.

Com o fim da Idade Média e o esgotamento das respostas oferecidas pela teologia da paz, busca-se uma nova ordem, agora fundada na razão, na identidade nacional, na investigação sistemática da natureza e das leis que a tornam irreduzível. “Entre os filósofos iluministas” – diz Norberto Bobbio – “prevalece a idéia de que a causa principal da guerra seja o despotismo [...] e que só a deposição dos tronos e a instauração de estados fundados sobre a soberania do povo permitirão à humanidade pôr fim àquele evento sumamente destrutivo que é a guerra entre estados soberanos.”¹⁵ É justamente no Iluminismo do século XVIII que surgem as primeiras construções teóricas da paz através do direito ou pacifismo jurídico, a saber: *Projeto para tornar a paz perpétua na Europa*, do abade de Saint-Pierre; *Pela paz perpétua*, de Emanuel Kant, e *Reorganização da sociedade européia*, de Saint-Simon e Thierry. Nasce aqui a idéia de Estado, como um pacto de sociedade e não de submissão, portanto necessariamente democrático, onde a liberdade individual de cada membro da sociedade fica subordinada à lei comum com vistas a garantir a igualdade de todos os cidadãos.

Kant expõe na primeira parte de sua obra os requisitos necessários à paz entre estados:

Nenhum acordo de paz será considerado válido se for feito com uma reserva secreta com vistas a uma guerra futura. [...]

Exércitos permanentes serão gradualmente abolidos. [...]

Nenhum Estado em guerra permitirá atos de hostilidade que tornem impossível a mútua confiança em uma época de paz futura...

O mais surpreendente, contudo, é a capacidade visionária de suas idéias, que antecipam em 200 anos a criação do direito internacional, do direito à hospitalidade (estrangeiros e refugiados), da Liga das Nações e da Organização das Nações Unidas, tudo em uma época em que não havia no planeta

15. BOBBIO, N. *O problema da guerra e as vias da paz*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 161.

nenhuma democracia efetiva e as experiências americana e francesa recém iniciavam sua trajetória. Vejamos o que Kant nos diz a respeito na segunda parte de *Pela paz perpétua*:

O Direito das Nações será baseado em uma federação de estados livres. [...] Considerando que os vínculos entre os povos da Terra são cada vez mais estreitos, a violação do direito em determinado lugar é sentida por toda parte; segue-se que a idéia de um direito cosmopolítico deixou de ser uma forma quimérica e extravagante de conceber o direito para tornar-se um complemento necessário ao código não escrito do direito nacional e internacional, com o objetivo de chegar ao direito público da humanidade e, assim, à paz perpétua, que só poderá ser alcançada mediante esta condição.

É reveladora a observação de Per Ahlmark, poeta e ex-vice-primeiro-ministro da Suécia, em torno da contribuição kantiana ao conceito de “paz democrática”, hoje uma das questões mais relevantes no cenário das relações internacionais e na teoria da democracia:

Nas 70 guerras travadas no decorrer dos últimos 175 anos [...] uma democracia nunca chegou a declarar guerra a outra democracia – sem nenhuma exceção. [...] Em uma democracia é extremamente difícil obter suficiente apoio da população para desencadear um confronto militar contra outra democracia.¹⁶

Na década de 1950 iniciam-se os estudos sistemáticos sobre a paz, que ganham status acadêmico, primeiramente na Noruega, em virtude do pioneirismo do prof. Johan Galtung – hoje unanimidade e referência mundial nesta área – e que logo se difundem em outros países da Europa, na Índia e nos Estados Unidos. Na América Latina é a Costa Rica que abrirá as portas da Universidade para la Paz das Nações Unidas, tornando-se a partir de sua fundação, em 1980, a inspiração teórica e mobilizadora de todo o continente.

No Brasil é necessário destacar, a partir dos anos 60, a ação inspiradora da educação para a paz, encabeçada por Paulo Freire, e a mobilização promovida uma década mais tarde pela Comissão Brasileira Justiça e Paz para a redemocratização do país nos tempos da ditadura. Mais recentemente,

16. AHLMARK, P. A democracia e a paz. In: ROMILLY, J. de et al. *Imaginar a Paz*, op. cit.

destacam-se a contribuição do dr. Pierre Weil na fundação da Unipaz, a criação da cátedra da UNESCO de Cultura de Paz e Direitos Humanos nas Universidades de Brasília, de São Paulo e Federal do Paraná.

Vamos ubuntar?

1. Fundamentado nos postulados do prof. Galtung, que sintetizou o conceito de paz na fórmula: “PAZ = paz direta + paz estrutural + paz cultural”, Carlos Velázquez Callado apresenta um quadro muito ilustrativo em seu livro *Educação para a paz – promovendo valores humanos na escola através da educação física e dos jogos cooperativos* (Wak Editora e Cooperação Editora, Santos, 2004). Nele ficam claros os contornos e sentidos que vai adquirindo o conceito paz nestas últimas décadas. Sugerimos analisar comparativamente as duas colunas:

Cultura tradicional (paz negativa)	Cultura de paz (paz positiva)
A paz defini-se como ausência de guerras e de violência direta.	A paz define-se como ausência de todo tipo de violência (direta e estrutural) e como presença de justiça social e das condições necessárias para que exista.
A paz limita-se às relações nacionais e internacionais e sua manutenção depende unicamente dos estados.	A paz abrange todos os âmbitos da vida incluídos o pessoal e o interpessoal e é, portanto, responsabilidades de todos e de cada um de nós.
A paz é o fim, uma meta a que se tende e que nunca se alcança plenamente.	A paz é um processo contínuo e permanente “Não há caminho para a paz, a paz é o caminho” (Muste)
O fim justifica os meios. É portanto, justificável o uso da violência para alcançar e garantir a paz.	Ao considerar a paz como um processo contínuo e não como um fim, não é justificável o uso de meios que não sejam coerentes com o que se persegue. A violência não é, portanto, justificável em nenhum caso.
A paz é um ideal utópico e inalcançável, carente de significação própria e derivado de fatores externos a ela.	A paz converte-se num processo contínuo e acessível em que a cooperação, o mútuo entendimento e a confiança em todos os níveis assentam as bases das relações interpessoais e intergrupais.
O conflito é visto como algo negativo.	O conflito é independente das conseqüências derivadas de sua regularização. O negativo não é o conflito se não recorrer à violência para regulá-lo.
É preciso evitar os conflitos.	O conflito é necessário. É preciso manifestar os conflitos latentes e regulá-los, sem recorrer à violência.

Sugestão para reflexão individual ou em grupo



Há algo em comum entre estas três fotos? Se tivesse que usar outra linguagem que não as palavras, poderia dizer qual o “sabor” que elas têm em comum? Você se lembra de alguma música que poderia associar-se a essas imagens? Se tivessem cheiro, qual seria?

As fotos falam, e algumas são muito mais eloqüentes do que as próprias palavras. Que tal criarmos neologismos, trocadilhos para cada uma delas? Lembre que “ubuntar” é uma invenção, não existe esse verbo na língua zulu nem na xhosa. Ele é uma criação brasileira, mas vai ganhar o mundo. Aguarde!



Judô e caratê ensinam os estudantes a respeitar o oponente. Escola Instituto de Educação Governador Roberto Silveira, Rio de Janeiro (RJ).



A ÉTICA ENTRA EM CENA

Os conceitos, como tudo que existe, têm história – movem-se no tempo e no espaço adquirindo as feições que lhes empresta a dinâmica natural, cultural e social. O termo ética não é uma exceção. Etimologicamente nasce em solo grego, entre os pré-socráticos do século VIII a.C., período exuberante e relativamente pacífico, durante o qual puderam desenvolver suas instituições, estabelecer contato com outros povos e criar as *póleis*, cidades-Estado independentes onde os cidadãos aprendiam a arte de se autogovernar, pois a comunidade inteira – com exceção das mulheres e dos escravos – participava das deliberações e decisões sobre organização social, investimentos públicos, datas comemorativas, expansão econômica etc. Desse modo, experimentaram diversas formas de governo, o que viabilizou a primeira experiência democrática na Antigüidade, resultante de uma série de quatro condições dignas de nota, a saber: 1) a busca sistemática do pensamento para compreender a realidade, de onde nasce a filosofia como resposta racional frente ao espetáculo da natureza; 2) a idéia de lei como vontade coletiva, consensual; 3) um espaço físico destinado à deliberação pública, a *ágora*, e 4) a política como discurso partilhado que estimula a reflexão sobre os problemas práticos da vida em sociedade.

Os mercadores gregos viajavam muito, e na maioria de suas cidades havia portos: isto significa que existia um fecundo intercâmbio com outros povos e culturas, dos quais aprendiam e incorporavam saberes. Por exemplo, adaptaram a escrita fenícia para seu próprio uso, construíram templos com base na arquitetura do Oriente Próximo, e mesmo seus deuses receberam influência dos que eram objeto de devoção na Ásia Menor.

A primeira versão do termo ética é encontrada em Homero e Hesíodo: *Êthos*, com a letra *eta* inicial, que significa “morada, casa, habitat, toca de animais, refúgio, estábulo, ninho” – e, portanto, faz referência a um espaço físico mensurável onde acontece a vida em segurança, onde se está protegido e, em consequência, onde os mecanismos de ataque e defesa podem repousar. Pressupõe espaços onde a sobrevivência está garantida pelas condições naturais que constituem o entorno do organismo; a ameaça à existência por parte de “predadores” está atenuada e há possibilidade de conforto, segurança e familiaridade com seus pares. Quando chegamos em “casa” após um dia de labuta e exigências, deixamos as nossas “armas”, os nossos “uniformes”, nos despimos das convenções necessárias à subsistência e, acolhidos pelos que nos são mais próximos, baixamos a guarda. Tudo que nos rodeia é conhecido, previsível, e aqueles com quem convivemos são confiáveis, nos oferecem conforto, afeto, respeito e significação.

Portanto a ética, nessa origem remota dos poetas compiladores dos mitos que percorreram várias gerações por transmissão oral, é uma palavra que denota o espaço de convívio entre iguais em que se recebem as competências necessárias para dar conta da própria vida – seja animal ou humana, adquirir autonomia e assegurar a perpetuação da espécie. Três séculos mais tarde, quando surgem as figuras de Sócrates, Platão e Aristóteles, a palavra *ethos*, agora com a letra grega épsilon inicial, passa a significar “caráter, índole, natureza pessoal, hábito, costume”. Essa nova acepção corresponde à mudança de foco das investigações filosóficas daquele tempo: enquanto os primeiros pensadores gregos tinham por objetivo compreender a origem do Universo a partir de sua constituição material ou elementos – afastando-se das explicações mitológicas de seus predecessores, de Sócrates em diante as questões relevantes giram em torno da alma, do conhecimento, da beleza e da justiça e o objetivo próprio da filosofia não mais era apresentar teorias a respeito do cosmos, mas ensinar a viver, construção incessante e nunca acabada. Sempre estamos nos fazendo, em transformações e descobertas constantes.

Para Aristóteles o caráter, a natureza ou a índole humana visam o bem. “Toda arte, toda investigação, todo ato e todo propósito parecem ter em mira um bem; por isso definem o bem como aquilo a que todos aspiram”, diz na sua *Ética a Nicômaco*, e acrescenta: “De todos os bens, a felicidade é o supremo”, visto que a buscamos por ela mesma e não como um meio para outra coisa. Todos queremos ser felizes, tudo quanto fazemos persegue esse estado, mas para Aristóteles a felicidade é algo que se constrói, que se cultiva pela prática persistente de comportamentos, modos de agir orientados pela razão tendo em vista um bem comum, que nem sempre atende nossos interesses particulares momentâneos, os que temos voluntariamente de subordinar em benefício da saúde social que resulta de atender interesses maiores e coletivos.

Nós não vivemos, convivemos. Nós não existimos, coexistimos. O ser humano é por natureza um ser gregário, portanto o que fazemos atinge outras pessoas, da mesma forma que somos afetados pelo que elas fazem. Direitos e obrigações são a expressão das relações que nos vinculam uns aos outros por sermos membros de uma comunidade. O princípio da reciprocidade alimenta e sustenta esse vínculo, que exige atribuir aos interesses alheios o mesmo peso que atribuímos aos nossos. Como salienta a prof. Terezinha Azevedo Rios: “Nós nos definimos, nos apresentamos, vivemos efetivamente em relação uns com os outros. O outro entra na minha constituição e comigo constrói o mundo. Quando ignoro o outro, quando o considero como alheio – que nada tem a ver comigo – tenho a atitude de alienação”.¹⁷ Objetivando benefício mútuo, as pessoas estabelecem um contrato tácito por meio do qual recebem as contribuições culturais, científicas e políticas do passado e igualmente do presente, ao passo que oferecem o talento e capacidade que cada uma tem.

Consideramos oportuno distinguir aqui ética de moral, cuja raiz latina, *mor-mores*, significa “conforme os bons costumes”, ou seja, aqueles abalizados pela autoridade oficial segundo o direito e as instituições romanas que, na época do Império, foram impostos a todos os povos colonizados, desmoralizando seus costumes autóctones como portadores de barbárie e ignorância. Desse modo, a moral tem um caráter vertical, normativo, que prescreve comportamentos e práticas e que legitima costumes, nem sempre éticos. A moral é um sistema de regras de conduta, um conjunto de prescrições e proibições de ação e de valores que funciona como norma em uma sociedade ou, como definiu

17. PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. *Hypnos: ethos, ética*. São Paulo: Centro de Estudos da Antiguidade Greco-Romana da PUC-SP, Educ/Palas Athena Editora, n. especial, p. 41.

Durkheim, “um sistema de regras de ação que *predeterminam* o comportamento”, modelam nossa convivência e, uma vez internalizadas, nos fazem agir conforme elas, sem questionamentos, sem sequer percebê-las. É a ética, como reflexão racional sobre a moral, que nos permite questionar e, se necessário, mudar aquilo que funda a moral, que perpetua costumes, instituições, modos de relacionamento social, justifica práticas, impõe critérios e valores. Na cosmovisão do povo navajo – da qual falamos anteriormente –, a ética estaria representada pela abertura do círculo que contém as tradições, abertura essa que sempre admite renovações, transformações e atualização. Vida é mudança. Nas palavras do astrofísico Marcelo Gleiser: “todas as coisas fundamentais que existem dependem de um desequilíbrio, o próprio Universo se originou do desequilíbrio. Quando o sistema está equilibrado, não se transforma. Sem transformação não há criação, nada acontece”. E nada teria acontecido se ainda estivessem operando as velhas estruturas de regulamentação societária que deram origem ao humano. Se a nossa espécie houvesse vingado desse modo, o que é pouco provável, não passaríamos de animais, que sempre sabem o que fazer.

Obedecer sem refletir é abdicar da própria capacidade de fazer escolhas, de tomar decisões, de correr riscos no ato de criar e planejar o inusitado, é abrir mão do pensar que articula e relaciona idéias produzindo significados. Nossos sentidos são incapazes de elaborar uma sinergia a partir das informações que nos oferece a realidade. É necessário convocar a inteligência (*inter*=dentro e *legere*=ver), que não só estabelece relações entre as coisas do real como também está dotada do poder de observar os próprios processos de pensamento, orientá-los em uma direção e retificar a rota se avaliamos que incorremos em erro.

Mas desobedecer sem ter razões, argumentos, porquês, apenas para atender conveniências, interesses privados, oportunismos, caprichos, para obter privilégios, é igualmente desarrazoado, pois viola o pacto social que me torna depositário de direitos e me legitima como um ser confiável, isto é, um cidadão.

“Moral é o conjunto de comportamentos e normas que você, eu e algumas das pessoas que nos cercam costumamos aceitar como válidos; ética é a reflexão sobre *por que* os consideramos válidos e a comparação da nossa com outras morais de pessoas diferentes”,¹⁸ salienta o filósofo Fernando

18. SAVATER, F. *Ética para meu filho*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 57.

Savater. É esse “*por quê?*” o espaço privilegiado da liberdade, que nos define e constitui como realizadores da trajetória histórica da nossa espécie, da nossa própria existência, a vida que queremos e vale a pena ser vivida. Daí podermos afirmar que ética é:

- compromisso que se assume voluntariamente;
- consentimento livre *versus* obediência automática;
- autoconstrução incessante de si mesmo (*práxis*);
- vigência de leis internas que fazem menos necessárias as leis externas;
- respeito pela inteligência, integralidade e singularidade de cada criatura humana.

Mas o termo liberdade também sofre inflexões com o correr do tempo. Na sua origem latina, *liber* designava o jovem que havia chegado à maturidade sexual e estava apto para procriar, incorporando-se, então, à comunidade como homem capaz de assumir responsabilidades. Nessa condição, recebia a *toga virilis*, ou *toga libera*, como sinal de sua autonomia e igualmente de sua limitação, pois além de submeter-se às leis da natureza, devia agir conforme os deveres que lhe impunha sua comunidade.

Na Idade Média, com o cristianismo, a liberdade é concebida dentro do marco do conflito: entre a liberdade humana e a predestinação divina, contexto no qual a graça passa a ter papel decisivo. Santo Agostinho “distingue entre livre arbítrio como possibilidade de escolha e liberdade propriamente dita como a realização do bem. [...] Não é suficiente saber o que é bom, é necessário poder efetivamente avocar-se a ele”,¹⁹ o que exige o poder da vontade para fazer escolhas consoantes com uma ordem sobrenatural, a lei de Deus, *pax spiritualis*.

Na modernidade, recentemente, aparece a idéia de liberdade como valor, como um fazer-se a si próprio; visto que a vida humana é algo a ser feito apenas por cada um de nós – é uma tarefa intransferível – considerando que sempre temos de decidir o que vamos fazer e ser, mesmo quando decidimos não decidir. Para Ortega y Gasset, a liberdade não é algo que temos, mas algo que somos:

19. MORA, J. F. *Diccionario de filosofia*. Madri: Alianza Editorial, 1986. p. 1971-1972,

estamos obrigados a ser livres. Contudo, ninguém em sã consciência pode escolher nascer em uma sociedade injusta; uma família violenta ou desagregada; com potencialidades que dificilmente encontrarão espaço para desabrochar; em condições de precariedade econômica e intelectual. Ninguém escolhe nascer mulher ou homem, doente ou racialmente discriminado, sem oportunidade de usufruir de direitos que são garantidos a outros... De fato, aqui não houve escolha, houve contingência; mesmo assim há espaço para a liberdade no sentido de podermos escolher *como* viver tais condições. Esse *como* nada nem ninguém pode nos subtrair, por mais limitada que seja a participação da liberdade no desenrolar concreto da vida humana.

Das cerca de 100 famílias que moram no distrito de Coronel Goulart (pequeno distrito que fica a 625 km. a oeste de São Paulo), a maioria trabalha em roças de legumes, que são transportados por intermediários e vendidos nas feiras da capital. Não há saneamento básico, as ruas são de terra, as casas de madeira, e as perspectivas de futuro limitadas. Para os meninos que tiveram a oportunidade de participar do time de vôlei, contudo, essas perspectivas se ampliaram um pouco.

A única escola do distrito tem 180 alunos, e a equipe de vôlei faz parte das atividades de abertura das escolas estaduais da rede pública paulista nos fins de semana. Mas é fruto da iniciativa da professora de educação física Paula Avanzato, 24 anos, que mora na cidadezinha, e também passou a infância e a adolescência trabalhando em roças, sem grandes perspectivas de futuro: “Tentei fazer por essas meninas o que ninguém fez pela minha geração”, diz.

Paula passou os últimos dois anos – desde agosto de 2003, quando o programa começou – tentando evitar que as garotas do time se tornassem estatísticas: bebessem álcool em excesso, usassem drogas, engravidassem precocemente e abandonassem a escola.²⁰

O texto acima é de Gabriela Athias, autora de *Dias de Paz* – a abertura das escolas paulistas para a comunidade, que relata as experiências do Programa Abrindo Espaços: educação e cultura para a paz, implementado pela UNESCO em vários estados brasileiros a partir de 2000, e que em São Paulo, onde se

20. ATHIAS, G. *Dias de paz: a abertura das escolas paulistas para a comunidade*. Brasília: UNESCO, 2006. p. 80.

chama Escola da Família, congrega 5.304 escolas públicas que abrem suas portas nos finais de semana

oferecendo às crianças, aos jovens e suas famílias, principalmente às comunidades mais vulnerabilizadas pelo processo de exclusão social, atividades de lazer, esporte, arte, cultura, educação para a cidadania, formação profissional, aprimoramento educacional, complementação escolar, convivência e sociabilidade. [...] Uma escola em sintonia com seu tempo que deixa apenas de ser escola endereço para transformar-se em escola função

salienta Marlova Jovchelovitch Noletto, sua idealizadora e coordenadora do Setor de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO no Brasil. Cabe lembrar que a violência direta afeta especialmente a juventude, na faixa de 15 a 24 anos; que nos finais de semana o número de vítimas aumenta em média 80% e, ainda, que os espaços onde se verifica a maior incidência são aqueles onde inexistem equipamentos públicos para lazer, esporte, cultura e convívio social.

Estas escolhas, as de buscar oportunidades de uma vida digna e as de oferecê-las a outros, estão pautadas em valores. Havíamos dito que a liberdade é um valor. Mais uma vez remontaremos à origem do termo, o que além de clarificar conceitos permite acompanhar a ampliação e profundidade que ganham com o próprio desenvolvimento resultante da experiência acumulada da humanidade. O termo valor deriva do latim *valere*, “ser mais forte”, e do grego *axios*, “merecedor, estimável, digno de ser honrado, que possui valor”. O uso filosófico e especialmente ético encontramos primeiramente nos estóicos, que entendiam os valores como bens ou virtudes dignos de escolha, que se devem preferir como princípios norteadores de uma vida saudável que procura autonomia e felicidade.

Estas abordagens iniciais ficaram esquecidas, e reaparecem como teorias do valor no século XVIII, no campo da economia, que o concebe como a qualidade que apreciamos ou rejeitamos nas coisas. Um carro, por exemplo, é útil para nos locomover, a utilidade seria então o suporte do seu valor, mas também é um bem móvel que posso comprar e vender, portanto tem valor econômico. Foi no século XIX, contudo, que o valor tornou-se um dos termos fundamentais da filosofia, e já no século XX adentra o espaço da educação, sobre o que o prof. Xesus Jares adverte:

Toda educação leva consigo, consciente e inconscientemente, a transmissão de determinado código de valores. Educar para a paz pressupõe a educação a partir de – e para

– determinados valores, como a justiça, a cooperação, a solidariedade, o compromisso, a autonomia pessoal e coletiva, o respeito, ao mesmo tempo que questiona os valores contrários a uma cultura de paz, como a discriminação, a intolerância, o etnocentrismo, a obediência cega, a indiferença e a ausência de solidariedade, o conformismo.²¹

Ou ainda, nas ponderações do educador brasileiro Nilson José Machado:

Agimos sobre a realidade por meio de nossas escolhas, buscando transformá-la no sentido de nossas aspirações ou conservá-la naquilo que nos parece caro. Nossos projetos nos sustentam, sendo sustentados, por sua vez, por uma arquitetura de valores socialmente acordados. Projetos e valores são os protagonistas do processo educacional.²²

Mas o que são valores? Há uma diversidade de teorias a respeito e boa bibliografia disponível em português. Nos limitaremos a dizer que são direções, horizontes, orientações às quais podemos dirigir nossos atos e aspirações e que as escolhemos porque são significativas para nós, dão sentido e profundidade a nossos afazeres e convicções, revelam um futuro que se torna desejável de ser habitado. Quando essa orientação está comprometida com a ética, une a fragilidade das nossas certezas à causa maior que é humanizar-nos e contribuir para a humanização dos nossos semelhantes, de quem esperamos também a inspiração para nos tornar melhores, mais dignos de amor e respeito. O prof. Humberto Maturana, na sua reconhecida teoria biológica do amor, diz que “a existência de um ser vivo em harmonia com a sua circunstância acontece na harmonia interna que lhe permite mover-se adequadamente em um espaço de existência legítima. E a única circunstância que faz com que a existência humana seja legítima é a harmonia com a circunstância do outro”.²³

Aqui é necessário destacar a advertência do prof. Johan Galtung, quando diz:

Algumas metas têm prioridades sobre outras porque constituem condições absolutamente necessárias para a continuação da vida dos organismos individuais. Se elas não forem satisfeitas, a vida e a dignidade humana não mais serão possíveis. Sobrevivência,

21. JARES, X. R. *Educar para a paz em tempos difíceis*. São Paulo: Palas Athena Editora, 2007. p. 45.

22. MACHADO, N. J. *Educação: projetos e valores*. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 39. (Coleção Ensaios Transversais).

23. MATURANA, H. *El sentido de lo humano*. 4. ed. Santiago de Chile: Dolmen Ediciones, 1993. p. 51.

bem-estar, liberdade e identidade são necessidades básicas. São mais profundas do que valores. Estão acima dos valores. Os valores podem ser escolhidos por nós e a escolha de valores faz parte da nossa liberdade. [...] Porém, as necessidades básicas são diferentes. Você não escolhe suas necessidades básicas; as necessidades básicas escolhem você. É a satisfação delas que torna você possível. Se descarta suas próprias necessidades básicas, ou de outros, está se condenando, ou a outros, a uma vida indigna de seres humanos.²⁴

Certa feita, a então primeira-ministra da Índia, Indira Gandhi, fez um discurso memorável no qual disse que “a pobreza é a pior das poluições”. E continua a assolar-nos, apesar do imenso progresso da ciência e tecnologia que herdamos do século XX, apesar dos avanços registrados na proteção internacional dos direitos humanos, apesar dos incrementos registrados na produção de alimentos no mundo todo. Institutos de pesquisa e agências da Organização das Nações Unidas mostram periodicamente a situação mundial em que nos encontramos, e o quadro a seguir dispensa qualquer tipo de comentário: a diferença entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres do planeta era de 11 vezes em 1913; passou para 30 vezes em 1960; para 60 vezes em 1990 e para 74 vezes em 1997. 20% da população mundial detêm 86% da renda e, em 1998, 86% do acréscimo de renda também foi apropriado pelos mesmos 20% da população. O Unicef informa, nesse mesmo ano, que 30 mil crianças abaixo dos cinco anos morrem diariamente no mundo de fome e pobreza. Mais de 1 bilhão de pessoas têm problema de acesso a água potável; 2,4 bilhões não têm acesso a saneamento básico.

Apesar dos esforços retóricos que tentam desvincular violência de miséria, não há como fazê-lo porque a miséria já é uma violência, dado o fato de sabermos que existem recursos materiais e financeiros que, se mobilizados na erradicação das condições desumanas, elas poderiam ser sanadas. Como destaca o sociólogo e titular da Universidade de Brasília prof. Pedro Demo: “A face política da pobreza aparece em seu caráter politicamente marginalizante. No fenômeno da marginalização social a substância mais característica é política, e não propriamente ou apenas econômica, já que, mais do que não ter, está em jogo o não ser”.²⁵ Eis a razão de encontrarmos em diferentes partes e

24. GALTUNG, J. *Transcender e transformar: uma introdução ao trabalho de conflitos*. São Paulo: Palas Athena Editora, 2006. p. 11.

25. DEMOS, P. Pobreza, política, direitos humanos e educação: síntese. In: _____ et al. *Educando para os direitos humanos*. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. p. 35.

A regra de ouro

Bahai – se seus olhos estiverem voltados para a justiça, escolha para seu semelhante aquilo que escolheria para si mesmo.

Budismo – trate todas as criaturas assim como gostaria de ser tratado.

Confucionismo – o que não desejar que façam a você, não faça aos outros.

Cristianismo – aquilo que deseja que os outros façam a você, faça também aos outros – eis a síntese da lei (de Deus) e (dos ensinamentos) dos profetas.

Hinduísmo – eis a essência da ética: não faça aos outros o que, feito a você, lhe causaria dor.

Islã – nenhum de vocês é um fiel até que deseje ao seu semelhante aquilo que deseja para si mesmo.

Jainismo – na felicidade e no sofrimento, na alegria e na tristeza, devemos considerar todas as criaturas como consideramos a nós mesmos.

Judaísmo – aquilo que é odioso para você, não o faça aos outros – eis a lei básica, todo o resto é acessório.

Siquismo – assim como considera a si mesmo, considera os outros.

Taoísmo – veja no proveito de seu semelhante o seu proveito, e a perda de seu semelhante como sua perda.

Tradição africana (Ba-Congo) – homem, aquilo de que você não gosta, não faça a seus semelhantes.

Tradição indígena – não queira desfazer do seu vizinho, pois assim como você procura ter bom tratamento, dê o mesmo aos outros.

Zoroastrismo – não faça aos outros nada daquilo que não é bom para você.

contextos a afirmação da paz como justiça social, no sentido de igualdade, equidade, simetria, dignidade compartilhada e, sobretudo, senso de uma ética da responsabilidade, já expressa na máxima de Confúcio: “Nada é bastante para quem considera pouco o que é suficiente”, e reafirmada por Gandhi: “A Terra tem o suficiente para o sustento de todos, mas não tem para a ganância de uns poucos”.

Paz, ética e valores se retroalimentam, criam uma rede de sustentação para o projeto de vida que concebemos individual e coletivamente. Cada cultura oferece repertórios diferentes, prioriza determinados aspectos e pretere outros. Contudo, em tempos de globalização, as responsabilidades tornam-se universais. Se todos almejamos a felicidade, a saúde, a segurança, as oportunidades para expressar nosso talento; se todos queremos ser amados, reconhecidos e respeitados, todos então teremos de empenhar tempo e recursos para viabilizar uma cultura universal de observância dos direitos humanos, cuja concepção revela o objetivo soberano da paz.

Sem dúvida, tradições espirituais e religiões foram as primeiras instâncias éticas,

reguladoras do comportamento e das relações intrafamiliares, sociais e institucionais. E é neste espaço da ética onde podemos verificar sua convergência mais inspiradora.

Ecoando a unanimidade da Regra de Ouro, Kant propôs o seguinte princípio: “Aja somente de acordo com uma máxima que você possa desejar que seja simultaneamente transformada numa lei universal”. Ora, não posso desejar que o dentista que está cuidando da minha boca tenha colado na prova que se referia justamente ao tratamento que estou fazendo com ele. Tampouco posso desejar que o motorista que está trafegando nas mesmas ruas pelas quais transito tenha subornado um funcionário público e comprado sua carteira de motorista, que lhe tinha sido negada por falta de habilidade na condução de veículos. Será que em sã consciência eu desejaria que alguém me envergonhasse na frente de meus colegas de estudo ou trabalho, fazendo troça de mim ou ridicularizando particularidades corporais ou comportamentais que possuo? Gosto de ser xingado, humilhado, ludibriado ou cair na rede de uma intriga que afasta meus amigos? “Usar de violência contra os outros”, aponta o prof. Jean-Marie Muller, “para satisfazer minhas próprias necessidades, não é algo que posso desejar que se torne lei universal [...] pelo simples fato de que não quero que os outros usem a violência contra mim para satisfazer suas necessidades”.²⁶

As inquietações éticas hoje pairam em todas as áreas do fazer e saber humanos. Saíram dos redutos acadêmicos e teológicos a que estiveram confinadas por séculos e agora estão na internet, nos noticiários, nos laboratórios, nas discussões do bar da esquina, no seio das famílias. Porém, nenhum desses espaços poderia hoje, como outrora as tradições espirituais fizeram, falar profeticamente em nome de um deus, uma visão transistórica ou intuição de uma verdade inquestionável e válida de modo universal. A coexistência de múltiplas culturas, de repertórios de valores diversos e às vezes excludentes, tornariam essa empreitada um fracasso.

Neste início de milênio, a iniciativa de uma ética global que assegure a sobrevivência, promova a convivência, respeite a transcendência e consiga lidar com os avanços/desafios da tecnociência, não vêm do alto, mas de nós e entre nós, da condição humana que reconhece sua interdependência e sabe que o seu saber é provisório, passível de erro e aperfeiçoamento. Foi com essa disposição de

26. MULLER, J.-M. *Não-violência na educação*. São Paulo: Palas Athena Editora, 2007. p. 85.

abertura que 125 líderes e representantes de 17 tradições religiosas sentaram-se para debater juntos um apelo capaz de nos irmanar além e com as diferenças. Cada um deles teve de abrir mão de “sua verdade” e reconhecer que nenhuma religião regressiva ou repressiva tem futuro. Isto aconteceu na cidade de Chicago, em agosto de 1993, no Parlamento das Religiões do Mundo, cuja declaração final transcrevemos a seguir:

Nós declaramos:

Somos interdependentes. Cada um de nós depende do bem-estar do todo, e assim sentimos respeito pela comunidade dos seres vivos, pelas pessoas, pelos animais e plantas, e pela preservação da Terra, do ar, da água e do solo. Temos a responsabilidade individual por tudo que fazemos. Todas nossas decisões, ações e omissão de ações têm conseqüências.

Devemos tratar os outros como gostaríamos que os outros nos tratassem. Assumimos o compromisso de respeitar a vida e a dignidade, a individualidade e a diversidade, para que cada pessoa, sem exceção, seja tratada humanamente. Devemos ter paciência e uma visão positiva da vida. Devemos saber perdoar, aprendendo com o passado, sem jamais nos tornar escravos de lembranças odiosas. Abrindo nossos corações aos outros, devemos eliminar nossas pequenas diferenças em prol da causa da comunidade mundial, pondo em prática uma cultura de solidariedade e de relacionamento harmônico.

Consideramos a humanidade como nossa família. Temos de nos esforçar para sermos bons e generosos. Não devemos viver somente em função de nós mesmos, mas também para servir a outros, nunca nos esquecendo das crianças, dos idosos, dos pobres, dos que sofrem, dos incapazes, dos refugiados e dos que vivem na solidão. Ninguém deveria jamais ser considerado ou tratado como cidadão de segunda categoria, ou explorado da maneira que for. Deveria existir uma parceria de iguais entre homens e mulheres. Devemos deixar para trás qualquer forma de dominação ou abuso.

Nós assumimos um compromisso com uma cultura de não-violência, respeito, justiça e paz. Não praticaremos a opressão, a ofensa, a tortura, nem mataremos outros seres humanos, abandonando a violência como meio de resolver nossas diferenças.

Devemos nos empenhar por uma ordem social e econômica justa, na qual todos tenham oportunidade igual para atingir o seu potencial máximo como seres humanos. Temos de falar e agir com veracidade e compaixão, tratando a todos com equidade, evitando preconceitos e ódios. Devemos nos colocar acima da cobiça pelo poder, por prestígio, por dinheiro e pelo consumo a fim de criar um mundo justo e prático.

A Terra não poderá ser mudada para melhor sem que se mude antes a consciência dos indivíduos. Comprometemo-nos a expandir nossa consciência disciplinando nossas mentes por meio da meditação, da oração, ou pelo pensamento positivo.

Sem riscos e sem uma disposição ao sacrifício não haverá mudanças fundamentais em nossa situação. Comprometemo-nos, portanto, com essa ética global, com a compreensão do outro, com modos de vida socialmente benéficos, geradores de paz, e que estejam em harmonia com a natureza.

Convidamos todas as pessoas, religiosas ou não, a fazer o mesmo.

Também merece destaque o Projeto de Ética Mundial do teólogo ecumênico Hans Küng, cujo objetivo é estabelecer um diálogo inter-religioso em todos os níveis e em todas as formas, sem excluir aqueles que não professam um credo. Isto é de grande importância devido ao reconhecimento de que as orientações éticas fundamentais não exigem nem pressupõem um alicerce confessional. A própria liberdade de religião – ele adverte – tem um sentido duplo: a de ter uma religião e a de não precisar tê-la. Uma coalizão entre crentes e não-crentes em prol de uma ética mundial é um avanço em busca dessa arte da convivência, cujo único pré-requisito é o reconhecimento honesto do mistério da vida, que não se esgota em nenhuma das cartografias espirituais que chegaram até nós, e que está aberta a outras possíveis cartografias que a criatividade e inspiração humanas cheguem a conceber ou aperfeiçoar.

Amparados na humildade crescente das traduções espirituais, e encorajados pela emergência do poder simbólico do Sagrado, podemos aprender a viver juntos, a partilhar, a curar mutuamente nossas feridas e a honrar e celebrar a vida, pois os desafios do presente não anulam as possibilidades de futuro.

Vamos ubuntar?

1. O quadro abaixo foi extraído do livro de Matthew Lipman e Ann Sharp, intitulado *Investigación Ética* (Ediciones De la Torre, Madrid, 1988, p. 162). Propomos uma reflexão individual ou em grupo sobre:

- Quais valores considera mais significativos hoje em dia e por quê?
- Quais valores têm o poder de aproximar, congregar, aglutinar?
- Quais deles, pelo contrário, são desagregadores, causadores de sofrimento e isolamento?
- Quais acredita possuir e quais desejaria conquistar?



2. Os símbolos abaixo são chamados *adrinkra*. Sugerimos reproduzi-los e distribuir entre seus colegas de classe ou de serviço. Como símbolos de boas-vindas podem ser oferecidos em festas, gincanas, congressos ou reuniões. Pinte-os sobre cartolina, papelão, ou folhas de bananeira. Usando tinta para tecido, pode estampá-los em camisetas, calças, vestidos. Se tiver criatividade e paciência, pode decorar as bordas com miçangas, lantejoulas.

Ubuntar é infinito... vá em frente.



SESA WO SUBAN
Transformação



**OSRAM NE
NSOROMMA**
Amor,
fidelidade,
harmonia



**ESE NE
TEKREMA**
Amizade



**BOA ME NA ME
MMOA WO**
Cooperação



**ANANSE
NTONTAN**
Sabedoria e
criatividade



BESE SAKA
Unidade e
abundância



DWENNIMMEN
Humildade e
força

3. O professor Reimon Panikkar relata no final do seu livro *O espírito da política* que o primo de um aluno seu foi para um pequeno povoado da África realizar uma tarefa docente dentro de um programa que os Estados Unidos criaram no governo Kennedy para ajudar os países do chamado “Terceiro Mundo”. Sensível às questões de intervencionismo e desejando evitar qualquer atitude arrogante, dispôs-se a dar aulas de ginástica. Certo dia levou uma caixa de guloseimas e convidou seus jovens alunos a disputar uma corrida. Assinalou uma árvore que estava a pouco mais de cem metros e disse: “Estão vendo aquela árvore ali? Vou contar ‘um, dois, três’ e vocês começarão a correr na direção dela. Quem chegar primeiro ganhará os doces. Dito e feito. Os jovens se alinharam e finalizada a contagem deram-se as mãos e correram juntos: queriam dividir o prêmio. Sua felicidade era a felicidade de todos” .²⁷

Sugerimos refletir individualmente ou em grupo sobre o relato acima e fazer as seguintes ponderações

- *Qual a motivação dos jovens ao darem-se as mãos antes de iniciar a corrida?*
- *Que valores estimamos que estejam presentes na cultura na qual eles cresceram?*
- *O professor americano esperava esse tipo de comportamento?*
- *Você já viveu uma experiência semelhante? Se a resposta for positiva, lembre ou comunique a seu grupo como se sentiu.*

4. Em 12 de maio de 2008, aos 98 anos de idade, morreu Irena Sendler, cujos feitos passaram despercebidos para grande parte da imprensa mundial. De fato, ela foi “descoberta” por um grupo de estudantes da região rural do Kansas, nos Estados Unidos. Incentivados pelo professor de História a realizarem uma pesquisa, tomaram conhecimento de que estava viva, foram ao seu encontro na Polônia para fazer uma série de entrevistas e conheceram uma personalidade singular. Quando retornaram aos Estados Unidos, as meninas escreveram uma peça de teatro contando a sua vida, já encenada centenas de vezes em diferentes partes do mundo.

27. PANIKKAR, R. *O Espírito da política: homo politicus*. São Paulo: Triom, 2005.

Irena Sendler era polonesa, católica e tinha 29 anos quando seu país foi invadido pelas tropas nazistas. Era assistente social e, nessa condição, conseguiu entrar no gueto de Varsóvia onde estavam confinados aproximadamente 450 mil judeus. Ciente de que todos iriam ser mortos, Irena articulou, com outros poloneses da resistência, a saída de 2.500 crianças, que ela ocultava em latas de lixo, malas, caminhões de entulho, pacotes e caixas de ferramentas que saíam do gueto.

Após dois anos de “trabalhos de resgate”, desafiando as milícias nazistas e o regime de terror que imperava, as suspeitas caíram sobre Irena, que foi presa e torturada, mas negou-se a delatar seus companheiros ou a dar nomes das crianças que havia salvado.

Cerca de 2.500 vidas tiveram o direito de crescer, desenvolver seus talentos, contar suas histórias porque uma jovem que sequer era judia teve a coragem de desafiar a barbárie, o horror do racismo e do anti-semitismo, pois acreditava na dignidade inalienável de cada criatura humana, nas capacidades singulares do amor, da solidariedade e do perdão.

Sugerimos refletir individualmente ou em grupo sobre o relato acima e fazer as seguintes ponderações

- *O que leva alguém a desafiar o medo cotidianamente para salvar pessoas com as quais não tem qualquer parentesco ou identidade cultural?*
- *Irena Sendler nunca se gabou de seus feitos nem permitiu que a enaltecessem como uma pessoa excepcional. Ela afirmava que “cada criança salva por minha assistência e a ajuda de muitos mensageiros secretos maravilhosos que já morreram – esse é o motivo de minha existência na Terra e não uma justificação para glórias”. Façam uma roda de conversa sobre esta afirmação de Irena, e se sentirem necessidade de mais informações, sugerimos fazer uma pesquisa na internet sobre sua vida.*
- *Conhece outras personalidades que inspirem tamanha grandeza, desprendimento e coragem? Fale ou escreva sobre elas, quanto mais as conhecemos, melhores companhias se tornam para nós e para os outros com os quais podemos compartilhar a beleza de suas vidas.*



Oficinas de preparação corporal para dança e teatro reúnem jovens de diversas 'tribos' culturais. Jari (CE).



A PAZ COMO CULTURA

A Década Internacional para a Cultura de Paz e Não-Violência para as Crianças do Mundo é um dos mais bem-sucedidos programas concebidos pela UNESCO nos últimos tempos. A estratégia de trabalho em rede descentralizado encorajou centenas de instituições governamentais e da sociedade civil, cujos projetos e ações estão presentes nos quatro cantos do planeta, promovendo benefícios para milhares de pessoas, e tornando-se hoje um movimento mundial.

Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de novembro de 1998, sua implantação no período de 2001 a 2010 teve o impulso da campanha internacional pelo Manifesto 2000, cujo apelo recebeu a adesão de 75 milhões de cidadãos que assinaram um compromisso em torno de seis princípios norteadores de ações em prol de uma convivência edificante, sustentabilidade ambiental e justiça social. São eles:

Respeitar a vida – respeitar a vida e a dignidade de cada ser humano, sem discriminação nem preconceito.

Rejeitar a violência – praticar a não-violência ativa, rejeitando a violência em todas as suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular contra os mais desprovidos e os mais vulneráveis, como crianças e adolescentes.

Eixos temáticos de referência

- Cultura de paz através da educação
- Economia sustentável e desenvolvimento social
- Compromisso com todos os direitos humanos
- Equidade entre os gêneros
- Participação democrática
- Compreensão – Tolerância – Solidariedade
- Comunicação participativa e livre fluxo de informações e conhecimento
- Paz e segurança internacional

Ser generoso – compartilhar meu tempo e meus recursos materiais no cultivo da generosidade e pôr um fim à exclusão, à injustiça e à opressão política e econômica.

Ouvir para compreender – defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, privilegiando sempre o diálogo sem ceder ao fanatismo, à difamação e à rejeição.

Preservar o planeta – promover o consumo responsável e um modo de desenvolvimento que respeitem todas as formas de vida e preservem o equilíbrio dos recursos naturais do planeta.

Redescobrir a solidariedade – contribuir para o desenvolvimento de minha comunidade com plena participação das mulheres e o respeito aos princípios democráticos, de modo a criarmos juntos novas formas de solidariedade.

Este Manifesto, enunciado por um grupo de laureados com o Prêmio Nobel da Paz, recebeu no Brasil 15 milhões de assinaturas e inspirou a criação de centenas de programas e projetos em todos os setores da sociedade, notadamente nas áreas da educação, saúde, cultura, meio ambiente, justiça, direitos humanos, diálogo inter-religioso e mesmo no âmbito empresarial.

A abrangência e o impacto social dessas realizações obtiveram destaque no Relatório da Sociedade Civil a Meio da Década da Cultura de Paz, elaborado pelo dr. David Adams, que o encaminhou ao secretário-geral das Nações Unidas. O relatório sumariza as informações documentadas de mais de 700 organizações em todas as regiões do mundo, com o intuito de evidenciar os avanços alcançados nos primeiros cinco anos da década e, ainda, oferecer sugestões para garantir a continuidade e a consolidação de novas iniciativas dentro do Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz, aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1999. Esse Programa de Ação propõe **oito eixos temáticos de referência** (quadro ao lado).

A íntegra do relatório está disponível no site <www.comitepaz.org.br>, onde também podem ser encontrados os documentos internacionais que inspiram e fundamentam grande parte das realizações ali descritas.

Por que paz como cultura?

Se partirmos do princípio que cultura é o conjunto de formas adquiridas de comportamento no seio das sociedades humanas; que estas fundam suas dinâmicas de maneira conseqüente com base em escolhas historicamente construídas, e que, segundo o prof. Luis Villoro, a cultura tem a tríplice função de: 1) expressar emoções, desejos, modos de ver e de sentir o mundo; 2) dar significado a atitudes e comportamentos, assinalar valores e, ao dar sentido, integrar os indivíduos em um todo coletivo; 3) determinar critérios adequados para a realização desses fins e valores, oferecendo garantias de êxito nesse propósito – então é legítimo nos perguntarmos qual o cenário do qual emerge a proposta de uma cultura de paz. Talvez seja suficiente dizer que no mundo todo são gastos 25 mil dólares por segundo para fabricar armas...! Ou citar os estudos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que concluem que a violência nos países latino-americanos chega a consumir, em alguns casos, 25% do Produto Interno Bruto (PIB) – tais cifras espelham os custos com prevenção e tratamento da violência direta.²⁸ Ou, ainda, lembrar que, como revela a versão final do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, recentemente publicado, no Brasil há 4.5 milhões de jovens entre 15 e 29 anos em estado de vulnerabilidade social, pois não concluíram o ensino fundamental, estão fora da escola e desempregados. A cada ano entram no sistema penitenciário 68.400 jovens, 70% deles reincidentes, o que equivale a 187 por dia e sete por hora!

Portanto, a cultura de paz é hoje, além de um anseio coletivo, uma necessidade – necessidade que emerge das circunstâncias reais, presentes, e do próprio conhecimento que vimos amalhando nas últimas décadas. As observações e pesquisas em etologia, por exemplo, já não nos permitem justificar nossas violências atribuindo-as à nossa herança animal, como salienta a Declaração de Sevilha sobre a Violência, fruto do encontro de cientistas de diferentes disciplinas para analisar a questão, promovido pela UNESCO em 1986, na Espanha, e da qual participou o próprio doutor David

28. CENTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN Y INFORMACIÓN PARA LA PAZ; UNIVERSIDAD PARA LA PAZ. *El estado de la paz y la evolución de las violencias: la situación de América Latina*. Montevideo: CIIP, Universidad para la Paz, Montevideo, 2000, p. 184.

Adams, que mais tarde trabalharia na concepção da cultura de paz como integrante da equipe da UNESCO. Nela se evidencia que:

[...] É cientificamente incorreto dizer que herdamos a tendência a fazer a guerra de nossos ancestrais animais [...] É cientificamente incorreto dizer que a guerra, ou qualquer outro comportamento violento, é geneticamente programado na natureza humana. Embora os genes estejam envolvidos em todos os níveis do funcionamento cerebral, eles oferecem um potencial de desenvolvimento que só pode ser concretizado em conjunto com o meio ecológico e social. [...] É cientificamente incorreto dizer que no curso da evolução humana houve uma seleção de comportamentos agressivos mais do que de outros tipos de comportamento. Em todas as espécies que foram bem estudadas, o status dentro do grupo é atingido pela habilidade de cooperar e preencher certas funções sociais relevantes à estrutura daquele grupo. [...] É cientificamente incorreto dizer que os humanos têm um 'cérebro violento'. Embora tenhamos o aparato nervoso para agir violentamente, esta reação não é automaticamente ativada por estímulos internos ou externos. [...] É cientificamente incorreto dizer que a guerra é causada por 'instintos' ou por qualquer motivação isolada. O surgimento da guerra moderna foi uma história que nos levou da supremacia de fatores emocionais e motivacionais, por vezes chamados 'instintos', até a supremacia de fatores cognitivos.

Tais observações encontram confirmação na experiência do coronel Dave Grossman, psicólogo militar estadunidense que durante 25 anos foi oficial de infantaria, com a missão de capacitar os soldados a matar.

Trata-se de uma habilidade adquirida por aprendizado: você precisa ser ensinado a matar. Isso requer treinamento, pois existe em nós uma aversão nata a matar o nosso semelhante. [...] Todos sabemos que não podemos discutir ou argumentar com uma pessoa amedrontada ou irada. Uma vaso-constrição (o estreitamento dos vasos sanguíneos) provoca literalmente o fechamento da parte frontal do cérebro – aquela grande protuberância de massa acinzentada que nos torna seres humanos e nos distingue de um cão. Quando esses neurônios se fecham o cérebro médio assume o comando e os nossos processos de pensamento e reflexos não se diferenciam mais daqueles de nosso cão. [...] A maneira como os militares aumentam o índice de disposição para

matar dos soldados em combate são: a brutalização e dessensibilização, o condicionamento clássico, o condicionamento operante e figuras-modelo.²⁹

Em outras palavras, se desumaniza o soldado ou, como afirma o coronel Grossman, provoca-se uma “síndrome de imunodeficiência à violência adquirida”. Contudo, é importante advertir que a violência não se expressa apenas de maneira física. Há múltiplas formas de violência. Segundo o prof. Johan Galtung, podemos falar de três tipos de violência: a direta, mais evidente e fácil de reconhecer, consiste no uso da força, da palavra e do gesto com o intuito de intimidar, de provocar sofrimento, humilhação e desqualificação ou simplesmente de eliminar o outro ou os outros. Violência estrutural é aquela que se constrói em um sistema social e que se expressa pela desigualdade de oportunidades, de acesso às necessidades básicas tais como educação, saúde, alimentação, moradia digna, trabalho, cultura e lazer. Por último temos a violência cultural, que alude a peculiaridades da cultura/comunidade/etnia para justificar ou legitimar o uso direto, simbólico ou estrutural da violência – tal como no machismo e no racismo.

Outro documento internacional de significativa importância para nossos propósitos é o resultante da Conferência Internacional sobre a Paz na Mente dos Homens, realizada em Yamoussoukro, na Costa do Marfim, em julho de 1989, por iniciativa da UNESCO. Nele se convidam os Estados, organizações intergovernamentais e não-governamentais, as comunidades científica, educacional e cultural do mundo e, ainda, todos os indivíduos a participarem do Programa de Paz, cujos quatro objetivos transcrevemos:

- Ajudar na construção de uma nova visão de paz, desenvolvendo uma cultura de paz baseada nos valores universais de respeito à vida, liberdade, justiça, solidariedade, tolerância, direitos humanos e igualdade entre mulheres e homens.
- Aumentar a consciência do destino comum de toda a humanidade para fomentar a implementação de políticas comuns que assegurem justiça nas relações entre seres humanos e uma parceria harmoniosa entre humanidade e natureza.

29. FRIEDMAN, A.; CRAEMER, U. (Orgs.). *Caminhos para uma aliança pela a infância*. São Paulo: Aliança pela Infância, 2003. p. 156-157.

- Incluir elementos de paz e direitos humanos como características permanentes em todos os programas educacionais.
- Encorajar ações coordenadas em nível internacional para gerenciar e proteger o meio ambiente, e assegurar que as atividades praticadas sob a autoridade ou o controle de um Estado em particular não comprometam a qualidade ambiental de outros estados nem causem dano à biosfera.

De início, o que chama a atenção neste documento é o desafio lançado nas primeiras linhas do primeiro objetivo: “ajudar na construção de uma nova visão de paz”. Por que nova? Simplesmente porque, tal como analisamos no capítulo 2, as acepções do termo paz ficam pobres, insuficientes para a complexidade crescente da sociedade contemporânea. Como salienta o prof. Jean Paul Lederach: “para que haja paz não basta a ausência de violência, é necessária a presença de uma interação e inter-relação positiva e dinâmica: o apoio mútuo, a confiança, a reciprocidade e a cooperação”.

Daí a compreensão que vai se delineando na atualidade sobre o sentido da paz mais como um processo do que uma situação ou uma meta a ser alcançada; um processo contínuo no qual estão presentes a justiça social, a liberdade e a democracia.

É oportuno salientar que é neste documento que encontramos pela primeira vez o conceito “cultura de paz”, expressão cunhada pelo educador peruano Padre Felipe MacGregor ao presidir a Comissão Nacional Permanente de Educação para a Paz, criada por resolução ministerial do governo do Peru em 1986. Três anos mais tarde, ele publicou um livro intitulado *Educación, futuro, cultura de paz*, que inspirou o movimento promovido pela UNESCO e adotado pelas Nações Unidas.

O padre MacGregor abriu caminhos na América Latina para os trabalhos de pesquisa acadêmica sobre a paz, tendo fundado em 1980 a Asociación Peruana de Estudios para la Paz, da qual foi presidente até seu falecimento, em 2004.

O Fórum Internacional sobre a Cultura de Paz em San Salvador, El Salvador, realizado em fevereiro de 1994, é outra referência exemplar, em que se verifica o vínculo entre os direitos humanos – como conjunto de princípios cuja implementação assegura as condições de que todo ser humano necessita para viver com dignidade – e a paz. Relacionamos a seguir alguns dos artigos deste documento:

Conclusões gerais

a) O objetivo de uma cultura de paz é assegurar que os conflitos inerentes ao relacionamento humano sejam resolvidos de forma não-violenta, com base nos valores tradicionais de paz, incluindo-se a justiça, liberdade, equidade, solidariedade, tolerância e respeito pela dignidade humana.

b) A paz e os direitos humanos são indivisíveis e dizem respeito a todos. Um princípio norteador da paz é que os direitos humanos devem ser respeitados e garantidos – não só os direitos civis e políticos, mas também os direitos econômicos, sociais e culturais. [...]

e) A implementação de uma cultura de paz requer uma mobilização universal de todos os meios de comunicação e educação, formais e informais. Todas as pessoas deveriam ser educadas nos valores básicos da cultura de paz. Este deve ser um esforço conjunto que inclua cada uma e todas as pessoas da sociedade.

f) Uma cultura de paz requer aprendizado e uso de novas técnicas para o gerenciamento e resolução pacífica de conflitos. As pessoas devem aprender como encarar os conflitos sem recorrer à violência ou dominação e dentro de um quadro de respeito mútuo e diálogo permanente.

Assim, a cultura de paz vem desempenhando duas funções: 1) tornar visíveis as violências que se perpetuam pela incapacidade de percebê-las, pela omissão ou pela aceitação de condições aviltantes como sendo próprias da nossa socialização ou, pior ainda, intrínsecas à natureza e, portanto, inexoráveis; 2) estimular a criatividade em busca de novas formas de convivência, novos conhecimentos e atividades promotoras de vinculação significativa, relação potencializadora de confiança mútua e convicção nas capacidades humanas ainda não exploradas. Neste último sentido, estamos presenciando a desmontagem de mais um mapa que não correspondeu ao continente. Milhões de pessoas do mundo inteiro estão trabalhando suas competências interpessoais, fazendo *workshops*, seminários, retiros, lendo e estudando, confiantes em poderem tornar-se pessoas melhores, mães e pais melhores, profissionais melhores, cidadãos melhores. Sabemos, sentimos que anteriormente há uma reserva de energias edificantes, solidárias, fraternas, não-violentas, que é necessário

acessar e corporificar no dia-a-dia. Estamos dismantelando uma estrutura de pressupostos que se cristalizaram e enrijeceram a nossa percepção da realidade, sempre fluida e incomensurável. A seguir pinçamos alguns desses novos repertórios de conhecimento que, na falta de um nome consagrado, intitulamos de novas tecnologias de convivência.

Elas facilitarão a transição de uma cultura pautada no medo, na desconfiança, no oportunismo e no uso abusivo de poder para uma cultura que celebre nossa interdependência, nossa capacidade de ajuda mútua em respeito e aceitação, lembrando sempre que nenhum de nós está sozinho nesta trajetória. Acompanham-nos milhares de mulheres e homens cujas vidas invocaram e evocaram a paz. De alguns conhecemos os nomes: Gandhi, Maria Montessori, Martin Luther King Jr., Aung San Suu Kyi, Nelson Mandela, Dom Helder Câmara, Wangari Matai, Desmond Tutu, Elaben Bhatt, Betinho, Madre Teresa... De outros, os seus feitos: a queda do Muro de Berlim, Greenpeace, Médicos sem-Fronteiras, Anistia Internacional, Human Rights Watch... A todos, os de longe e os de perto, nosso reconhecimento mais sincero.

Novas tecnologias de convivência

DIÁLOGO

Antecedentes: O filósofo Martin Buber usou o termo “diálogo” em 1914 para descrever um modo de intercâmbio entre seres humanos no qual existe atenção verdadeira de um para o outro, e uma apreciação total do outro, não como um objeto numa função social, mas como um ser genuíno. O psicólogo Patrick De Maré afirmou, na década de 1980, que grandes reuniões de “socioterapia” em grupo poderiam permitir que pessoas chegassem a um entendimento e alterassem sentidos culturais presentes na sociedade – assim sanando os focos de conflito e violência em massa ou intolerância étnica, por exemplo. Por fim, o físico quântico David Bohm sugeriu, em 1983, que essa nova forma de conversação deveria concentrar-se em trazer à tona e alterar a infra-estrutura tácita do pensamento.

Conceito: O diálogo é o primeiro passo em direção à convivência, visto que por meio da comunicação e da escuta, resgatamos, antes de tudo, nosso senso de vida comunitária. Quando o

diálogo se efetiva, os habitantes deste planeta honram uma prática muito antiga, que é a de buscar uma comunicação atenciosa com o outro e o entendimento mútuo, fundamentados na realidade prática de conviver num mundo de diversidades. Diálogo é uma forma de associação livre conduzida em grupos, sem nenhum propósito predefinido a não ser o mútuo entendimento e a exploração do pensamento humano. Seu objetivo é o de permitir que participantes examinem seus preconceitos, dúvidas e padrões de pensamento. O diálogo, como sistematizado por David Bohm ocorre em grupos de dez a 40 pessoas, que se sentam em um único círculo por algumas horas para encontros regulares em um ambiente de trabalho dirigido. Os participantes buscam refrear seus próprios pensamentos, motivações, impulsos e julgamentos para buscar e explorar um pensamento coletivo ou grupal. Segundo Bohm, o diálogo não deve ser confundido com discussões, palestras, discursos ou debates. A reunião tem por finalidade criar um “espaço livre” onde algo novo pode surgir e onde os integrantes possam experimentar o compartilhamento de significados.

Aplicações: O diálogo é aplicável a uma vasta gama de universos e situações sempre que a fragmentação, polarização, dogmatismos e extremismos ameaçam a coesão do grupo: nos relacionamentos interpessoais e ações comunitárias, na política e na diplomacia, e também no mundo das empresas.

Referências

BOHM, D. *Diálogo: comunicação e redes de convivência*. São Paulo: Palas Athena Editora, 2005.

THE CO-INTELLIGENCE INSTITUTE. *website*. Disponível em: <www.co-intelligence.org/P-dialogue.html>.

DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

Antecedentes: Desde Abraão, no século XIX a.C., passando por Gandhi, Anwar Sadat, Martin Luther King Jr., os papas João XXIII e João Paulo II, temos visto grandes esforços para harmonizar as relações entre grupos religiosos e culturais. Não pode haver coexistência humana sem uma ética mundial por parte das nações; não haverá paz entre as nações sem paz entre as religiões e não haverá paz entre as religiões sem diálogo entre elas. De fato, o diálogo inter-religioso e intercultural

nasce da necessidade de educar para o respeito a outras religiões e culturas, buscar valores comuns e compartilhados por todos e cooperar reciprocamente para a construção do futuro. Ele se faz imprescindível num mundo em que as tensões comunitárias e internacionais ameaçam a convivência pacífica e as condições necessárias a uma vida digna para boa parte da população terrestre.

Conceito: Diante do atual contexto religioso plural e das pressões culturais impostas pela globalização, é preciso superar as tendências ao exclusivismo, ao confronto e à divisão. De fato, todo ser humano quer viver em paz e em todas as tradições religiosas há uma promessa de paz para a humanidade. Assim, o exercício do diálogo religioso visa desenvolver um “olhar comum” das tradições espirituais no tocante ao humano e ao fenômeno da vida. Esse olhar comum é que permitirá o pleno exercício da liberdade religiosa, e também um acordo básico sobre fins e valores comuns e o meio de alcançá-los. Poderá, ainda, propiciar a sinergia necessária ao trabalho de cooperação em direção a esses objetivos partilhados. O Conselho do Parlamento das Religiões do Mundo lançou um projeto de ética mundial que propõe, em linguagem amplamente compreensível, valores agregativos e atitudes interiores fundamentais capazes de produzir consenso. Deram seu apoio à maioria dos quase 200 representantes das religiões que estiveram no Parlamento das Religiões do Mundo em Chicago, em 1993. Ali assinaram uma declaração que afirma que as diferentes religiões e tradições culturais devem se opor a todas as formas de desumanidade e que todos os religiosos têm uma responsabilidade comum pelo bem-estar da humanidade. Afirmam, ainda, que o mundo precisa de valores e convicções que sejam válidos para todas as pessoas, independentemente de sua origem social, cor de pele, idioma ou religião.

Aplicação: Uma das aplicações mais disseminadas do diálogo inter-religioso é a Iniciativa das Religiões Unidas – United Religions Initiative (URI) –, que congrega nos seus Círculos de Cooperação (CCs) representantes de várias religiões. Hoje são 398 CCs em 97 países. Esses CCs devem conter pelo menos sete membros de três religiões diferentes e trabalhar em cooperação em torno de um projeto comum. Já existem círculos de cooperação no Brasil.

Referências

ONU. *Declaração sobre à Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação com Base em Religião ou Crença*: resolução 36/55. New York: Nações Unidas, 1966. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/01393/139390por.pdf>>.

Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO.

Projeto de Ética Mundial, Hans Küng, Edições Pualinas, São Paulo, 1993.

Casa da Reconciliação: <www.casadareconciliacao.com.br>.

Instituto de Estudos da Religião (ISER): <www.iser.org.br>.

Pós-graduação em Ciências da Religião: <www.pucsp.br/pos/cre/>.

URI: <www.uri.org>

COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA

Antecedentes: A Comunicação Não-Violenta (CNV) foi desenvolvida por Marshall B. Rosenberg, doutor em psicologia clínica, mediador internacional e fundador do Centro Internacional de Comunicação Não-Violenta. Ele partiu da observação de que embora desejemos a harmonia e a cooperação, no confronto com colegas, familiares e pessoas com opiniões ou culturas diferentes, somos levados a iniciar e perpetuar ciclos de emoções dolorosas em função do modo como aprendemos a nos comunicar: usando a lógica da raiva, punição, vergonha e culpa.

Conceito: As ações humanas são motivadas pela tentativa de preencher determinadas necessidades legítimas. Ao tentar satisfazer tais necessidades, aquele que se comunica sem violência procura evitar utilizar/manipular sentimentos de medo, vergonha, coerção, culpa ou ameaça. A comunicação não-violenta é um “método” de comunicação em que procuramos satisfazer nossas necessidades enquanto também buscamos atender às necessidades dos outros. Ao nos comunicar de modo não-violento, evitamos utilizar julgamentos de bom/ruim, certo/errado, procurando expressar de modo verdadeiro e honesto nossos sentimentos e necessidades – e para isso não são necessários críticas e julgamentos. O método revela a mensagem por trás das palavras e ações, independentemente de como são comunicadas. Assim, as críticas pessoais, rótulos e julgamentos, os atos de violência física, verbal ou social, são revelados como expressões trágicas de necessidades não atendidas. Aquele que escuta de modo não-violento escuta as necessidades legítimas não atendidas do seu interlocutor e procura acolhê-las.

Aplicações: Eminentemente prática, a CNV oferece alternativas claras aos confrontos e possibilita mudanças estruturais no modo de encarar e organizar as relações humanas. Ela vem sendo utilizada em gestão de grupos e organizações, diminuindo a incidência de agressões ou dinâmicas de grupo opressor. Foi aplicada primeiramente em projetos federais do governo norte-americano a fim de pacificar conflitos em escolas e instituições públicas durante os anos 60. Ao longo dos últimos 40 anos, o dr. Rosenberg e sua equipe ensinaram a comunicação não violenta a administradores escolares, professores, profissionais de saúde, mediadores de conflitos internacionais, gerentes de empresas, detentos e guardas, policiais, líderes religiosos judeus, cristãos, budistas e muçulmanos, profissionais da justiça, autoridades governamentais e outros em mais de 30 países. No Brasil, ela vem sendo ensinada como parte da formação de mediadores do sistema judiciário que atuam em Justiça Restaurativa.

Referências

THE CENTER FOR NON VIOLENT COMMUNICATION. *Website*. Disponível em: <<http://www.cnvc.org>>.

CNVC COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA. *Site*. Disponível em: <<http://www.comunicacaonaoviolenta.com>>.

ROSENBERG, M. B. *Comunicação não violenta: técnicas para aprimorar relacionamento pessoais e profissionais*. São Paulo: Ágora, 2006.

TERAPIA COMUNITÁRIA

Antecedentes: A Terapia Comunitária nasceu em 1987, em Fortaleza, e seu criador foi o prof. dr. Adalberto Barreto, médico psiquiatra, teólogo, antropólogo e terapeuta familiar, que sentiu a necessidade de articular o saber científico com o saber popular para tratar a dor e o sofrimento através da partilha de experiências de vida, identidade cultural e sabedorias tradicionais, de uma forma horizontal e circular. Ela tem por fundamento o pensamento sistêmico, a teoria da comunicação, a antropologia cultural, a pedagogia de Paulo Freire e a resiliência.

Conceito: A Terapia Comunitária é um grupo de ajuda mútua, um espaço de palavra, escuta e construção de vínculos, com o intuito de oferecer apoio a indivíduos e famílias que vivem situações de estresse e sofrimento. Todos são acolhidos, ouvidos, podendo conversar com simplicidade.

As sessões acontecem em centros de saúde, igrejas, templos, hospitais, escolas, associações de bairro e de moradores, centros de desenvolvimento social e entidades assistenciais. As intervenções acolhem a família, os vizinhos, os amigos e a coletividade, para apoiar os indivíduos e as famílias mais vulneráveis da comunidade que estão vivendo uma situação de crise. O terapeuta ouve a todos e escolhe um “problema” (como, por exemplo, alcoolismo, insônia) para começar o trabalho. Seu papel é favorecer o crescimento do indivíduo e das pessoas próximas a ele para que, através do apoio mútuo e da partilha, atinjam um maior grau de autonomia, consciência e coresponsabilidade, valendo-se das competências do indivíduo e das famílias para a solução do “problema”. Assim, a Terapia Comunitária não se propõe a resolver problemas, mas sim a suscitar dinâmicas que possibilitem, a partir de experiências de convívio, criar uma rede de apoio aos que sofrem.

Aplicações: Sua primeira aplicação se deu na favela do Pirambú, em Fortaleza, CE, em 1987. Hoje, a Terapia Comunitária já é aplicada em praticamente todos os estados brasileiros, e, segundo notícia de 5 de abril de 2008, já foi anunciada sua integração ao Programa de Saúde da Família, tendo sido destinadas verbas para a formação de 1.100 terapeutas comunitários, que se somarão aos 12 mil já atuantes. Sua aplicação é recomendada sempre que for necessário desenvolver atividades de prevenção de doenças psíquicas, somatizações, violência doméstica e urbana, situações de crise intrafamiliar, crise intracomunitária e abandono social. Também quando for necessário promover a integração de pessoas, a construção de dignidade e cidadania, contribuindo para a redução de vários tipos de exclusão. É recomendada ainda para promover encontros interpessoais e intercomunitários, valorizando a história individual e a identidade cultural, a fim de restaurar a auto-estima e a autoconfiança.

Referências

BARRETO, A. de P. *Terapia comunitária passo a passo*. Recife: Gráfica LCR, 2005.

MOVIMENTO INTEGRADO DE SAÚDE MENTAL COMUNITÁRIA. *Site*. Disponível em: <www.mismecdf.org/terapia.htm.#topo>.

MEDIAÇÃO

Antecedentes: Sabe-se que a mediação já acontecia desde a Antigüidade. Evidências históricas atestam a sua prática no comércio entre os fenícios. A mediação não militar desenvolveu-se na Antiga Grécia através da figura do *proxeneta*, e posteriormente o direito romano reconheceu a mediação no Código de Justiniano de 529-534 d.C. Em algumas culturas, o mediador era visto como uma figura sagrada, digna de grande respeito, sendo que sua função muitas vezes se confundia com a do homem sábio ou chefe do clã.

Conceito: A mediação é uma forma alternativa de resolução de conflitos, controvérsias, litígios e impasses, em que um terceiro, de confiança das partes (pessoas físicas ou jurídicas) e por elas livre e voluntariamente escolhido, intervém para manter aberto o diálogo, evitando polarizações e impasses. Esse mediador é um profissional treinado para facilitar de modo imparcial a comunicação. Ele ajuda no exame de vantagens e desvantagens das possíveis soluções e, quando pertinente, oferece informações sobre aspectos legais, formalizando por fim o acordo, caso o mesmo aconteça. Na mediação, as partes têm total controle sobre a situação, diferentemente da arbitragem, em que o controle é exercido pelo árbitro. A mediação se distingue também da conciliação, visto que o conciliador em geral é um especialista na questão alvo da controvérsia, e costuma sugerir alternativas de desenlace.

O processo de mediação assume muitas formas, já que pode ser aplicado às mais variadas situações, mas tipicamente o mediador tem um encontro em separado com cada uma das partes, identificando-se com e inteirando-se de cada um dos lados da disputa. Depois, ele facilita o encontro entre as partes, assumindo um papel neutro. As partes poderão chegar ou não a um acordo, e o processo poderá se estender por muitos encontros.

Nunca a humanidade chegou ao ponto satisfatório de conseguir que o bom funcionamento dos mecanismos formais de resolução de conflitos (como o direito e a lei) a conduzisse à paz social perfeita. De fato, a eclosão de conflitos é sinal de que as pessoas podem manifestar suas divergências num ambiente democrático. Mas sempre salutar é a nossa busca pelo ideal de ver todos os conflitos resolvidos de modo pacífico. É preciso, pois, continuar acreditando nesse ideal e não poupar esforços para dirimir as divergências, no sentido de obter uma boa medida de convivência pacífica.

Aplicação: A mediação serve como instrumento de resolução para toda e qualquer forma de conflito em nossa sociedade. Ela vem sendo utilizada em empresas e escolas, nas organizações internacionais e também para a solução de problemas familiares, e há cursos de formação de mediadores oferecidos em algumas das instituições que citamos abaixo.

Referências

INSTITUTO FAMILIAE. Disponível em: <www.familiae.com.br>.

UNESCO; UNINOVE. *Mediação: uma prática cidadã*. São Paulo: UNESCO, UNINOVE, 2005.

VASCONCELOS, C. E. de. *Mediação de conflito e práticas restaurativas*. São Paulo: Editora Mediação, 2008.

JUSTIÇA RESTAURATIVA

Antecedentes: A justiça restaurativa aparece em inúmeras tradições e remonta às origens da civilização. Ela se chama restaurativa porque, nesses contextos históricos, representou uma forma de restaurar a integridade da comunidade depois de um ato traumático que lesa a confiança, o bem-estar e a ordem social. Por exemplo, no Havaí, quando ocorre um crime, os mais velhos reúnem em um círculo a vítima, o ofensor, suas respectivas famílias e amigos, dando início a um processo chamado *ho o-pono-pono*. O mesmo acontece na tradição dos maori da Nova Zelândia e entre comunidades dos nativos do norte do Canadá.

Conceito: Quando uma pessoa causa dano a outra, fere ou lesa uma vítima, é preciso estabelecer um equilíbrio, atender às necessidades da vítima, levar o ofensor a reconhecer sua responsabilidade e dar a ele a oportunidade de corrigir o seu erro. Na justiça retributiva, que conhecemos tão bem, a vítima e seu sofrimento não figuram no processo judicial, e o ofensor recebe uma punição quantificada por parte do estado, e depois passa a cumprir seu “castigo”, sem nunca ter contato com a verdadeira condição da vítima, seu sofrimento e suas perdas. Na justiça restaurativa, oferece-se à vítima e ao ofensor a oportunidade de um encontro pessoal, mediado por um facilitador profissional, em um ambiente protegido e com a participação das famílias de vítima e ofensor, membros da comunidade e da polícia. O encontro visa chegar a um acordo em que o ofensor se

compromete a ressarcir os danos (quando isto é possível) – ou prestar serviços comunitários, ou assumir de alguma outra forma sua responsabilidade. Os membros da família e da comunidade se comprometem a apoiar o ofensor em seu empenho para mudar de comportamento. O mediador redige um acordo que é assinado por todos os envolvidos, e o poder judiciário verifica se o acordo está sendo cumprido.

Aplicação: A justiça restaurativa em suas diferentes formas já foi implementada nos Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, Grã-Bretanha, Alemanha, no Brasil e em muitos outros países. Inicialmente apenas para casos de infrações menos graves no âmbito da justiça da infância e da juventude, hoje já existem projetos-piloto em que ela vem sendo aplicada a casos de violência grave entre adultos. Os chamados círculos restaurativos acontecem também em escolas, onde servem para dirimir problemas entre alunos ou no âmbito das famílias. Em março de 2005, o Ministério Público, em parceria com o Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas iniciou a implementação do projeto no Brasil, apoiando iniciativas em Brasília (com adultos) e em Porto Alegre, RS, e em São Caetano do Sul (na área da infância e juventude). Em 2006 iniciaram-se os projetos-piloto para a área da infância e da juventude em São Paulo, na região de Heliópolis e em Guarulhos, com o apoio da Secretaria da Educação, que implantou o Projeto Justiça e Educação: parceria pela cidadania nas escolas estaduais de 5ª a 8ª série nessas localidades. Também em Recife, PE, e em Belo Horizonte, MG já existem núcleos de justiça restaurativa em funcionamento.

Referências

EDUCADORES PARA A PAZ. *Portal*. Disponível em: <www.educapaz.org.br>.

INSTITUTO PRÁTICAS RESTAURATIVAS. *Justiça para o século XXI*. Disponível em: <www.justica21.org.br>

ZEHR, H. *Trocando as lentes: um novo foco sobre crime e justiça*. São Paulo: Palas Athena Editora, 2008.

Escolas de justiça

Desde 2005, as instituições da Justiça e as Redes de Atendimento à Infância e à Juventude de Porto Alegre têm sido palco de uma experiência inovadora. Denominado Justiça para o Século 21, o projeto é um conjunto de iniciativas da Justiça da Infância e da Juventude, em articulação com as demais políticas públicas, que visa à difusão e implementação das Práticas da Justiça Restaurativa na pacificação de violências envolvendo crianças e adolescentes em Porto Alegre.

Apoiado pela UNESCO através do programa Criança Esperança, além de agências governamentais e das Nações Unidas, já mobiliza quase três dezenas das principais instituições locais nas áreas de justiça, segurança, assistência, educação e saúde e em três anos de atividade já envolveu mais de seis mil pessoas em atividades de capacitação.

A Justiça Restaurativa é considerada como um novo modelo de justiça que parte de uma sólida reflexão crítica aos modelos autoritários da justiça tradicional e cuja metodologia propõe que a resposta para atos de violência, transgressão ou conflitos seja dada, em vez das habituais punições, mediante a realização de encontros entre as pessoas diretamente envolvidas, seus familiares, amigos e comunidades. O encontro é orientado por um coordenador e segue um roteiro predefinido, proporcionando um espaço seguro e protegido para as pessoas abordarem o problema e construírem soluções para o futuro. A abordagem tem foco nas necessidades determinantes e emergentes do conflito, de forma a aproximar e co-responsabilizar todos os participantes com um plano de ações que visa restaurar laços sociais, compensar danos e gerar compromissos de comportamentos futuros mais harmônicos.

A Justiça Restaurativa questiona a validade ética e a resolubilidade dos modelos impositivos de controle e pacificação social, materializados nos procedimentos judiciais e na instituição da Justiça Oficial – segundo os quais um conjunto de regras prévias, sanções punitivas pelo seu cumprimento e autoridades especializadas em aplicá-las dariam conta da resolução de conflitos e problemas. A experiência mostra que, ao contrário, esses mecanismos só fazem aumentar o distanciamento entre as pessoas, a burocratização e a impessoalidade no trato com o outro e, conseqüentemente, fazem expandir incompreensões e revoltas, realimentando a espiral da violência.

Mudar o foco da violação da norma para colocá-lo nas consequências da violação de pessoas e relacionamentos, na expectativa não mais da punição, mas de um plano de compensação dos danos e de adequação de comportamentos futuros, é uma virada que reinventa o lugar da vítima e da comunidade no equacionamento dos conflitos, possibilitando um compartilhamento responsável do problema e das alternativas para sua solução por todo o entorno. Para tanto, a metodologia dos encontros ou círculos restaurativos abre um espaço para que cada qual fale do fato a partir de suas próprias perspectivas, expressando seus sentimentos e necessidades. O exercício da palavra, como ensina a psicanálise, é por si só tranquilizador. Ao contrário, onde falta a palavra, a violência ocupa o seu lugar. Por isso, na Justiça Restaurativa, cada qual – e não as autoridades a quem a solução foi delegada –, fala por si, num exercício de autonomia, diálogo e horizontalidade no qual a autoridade emerge do coletivo sob a forma de valores como respeito, sinceridade, honestidade, compreensão e tolerância.

Ao contrário do modelo tradicional, que, ao se basear na imposição do sofrimento como estratégia pedagógica para a adequação de comportamentos acaba por promover sentimentos e valores negativos como perseguição, submissão, humilhação, hostilidade, antagonismo, revolta e vingança, as práticas restaurativas permitem a transformação do conflito numa oportunidade de aprendizagem vivencial de valores positivos. Ao superar o conflito mediante estratégias que permitem reverter essas negatividades em seus opostos, os círculos restaurativos também transformam os conflitos em oportunidades de aprendizado de valores – sobretudo do valor justiça. Uma justiça fundada não na submissão à autoridade da norma, mas no respeito ao valor dos sujeitos em relação. “A justiça como um direito à palavra”, na expressão do filósofo francês Emmanuel Levinas.

A introdução das práticas restaurativas em Porto Alegre segue um roteiro sistêmico, com início no Juizado da Infância e da Juventude, onde é aplicada nos atos infracionais (crimes e contravenções praticados por adolescentes). A partir daí ocorre um processo de difusão e aprendizagem interinstitucional envolvendo profissionais da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (Fase) – antiga Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) –, da Fundação de Assistência Social e Cidadania do Município (Fasc) – que mantém o Programa Municipal de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (PEMSE), cujo objetivo é atender adolescentes em conflito com a lei cumprindo medidas de meio aberto – e das Secretarias de Educação do Estado e do Município. Hoje, essas práticas são adotadas em unidades da Fase, regionais do Pemse, escolas públicas e particulares e ONGs.

Como a intenção do projeto é alcançar toda a rede escolar, em 2007 foram realizadas testagens monitoradas em quatro escolas-piloto, e aos poucos outras escolas vão passando a introduzir os princípios da Justiça Restaurativa no seu projeto pedagógico, além de adotar suas práticas na resolução dos conflitos do seu cotidiano. A acolhida à proposta tem sido tão grande que, por exemplo, a Secretaria Estadual da Educação definiu como meta introduzir a Justiça Restaurativa, de forma referencial, em 50 Escolas Abertas (do programa em parceria com a UNESCO e o Ministério da Educação) situadas em 50 diferentes municípios do estado. Com isto, as escolas abertas passariam a ser, também, Escolas de Justiça.

Dr. Leoberto Narciso Brancher,
Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude em Porto Alegre, Rio Grande do Sul

CRIAÇÃO DE CONSENSO

Antecedentes: A criação de consenso (também chamada resolução de problemas colaborativa) é basicamente a mediação de um conflito que envolve muitas partes. Em geral, o problema também envolve muitas questões bastante complexas. Exemplos de criação de consenso são as negociações internacionais sobre a limitação de emissão de cloroflúorcarbono (CFC) a fim de proteger a camada de ozônio, ou as negociações que visam limitar a emissão de gases que causam o efeito estufa. Mas ela pode ser utilizada também em vários tipos de desentendimentos envolvendo políticas públicas, ou no âmbito da comunidade, do estado, internacionalmente e entre organizações governamentais.

Conceito: O processo, em geral, envolve um mediador ou facilitador e uma equipe de intermediadores. Como no caso da mediação, o facilitador de consenso precisa:

- 1) identificar e conhecer todas as partes envolvidas;
- 2) planejar o processo a ser utilizado e a agenda a ser cumprida (se possível com a participação das partes), envolvendo-as e formando laços de confiança entre elas, e estabelecendo seu compromisso com o processo;
- 3) definir o problema, e muitas vezes redefini-lo em termos dos interesses das partes (uma vez que estes são negociáveis, ao passo que valores, posições e necessidades não) e analisá-lo;

- 4) identificar conjuntamente de propostas inovadoras para solução, sempre procurando alternativas do tipo ganha-ganha;
- 5) analisar criteriosamente as alternativas e tomada de decisão conjunta;
- 6) finalizar, redigir e aprovar o acordo após sua comunicação aos vários grupos, que nem sempre estiveram envolvidos diretamente no processo. Os negociadores precisam de especial habilidade para mostrar as vantagens do acordo para os grupos representados;
- 7) implementar e enfrentar os problemas e imprevistos que poderão surgir.

Aplicação: A criação de consenso vem sendo utilizada com sucesso em disputas que envolvem o uso de água, a localização de lixo atômico, a aspersão de herbicidas aéreos e outras questões ambientais e comunitárias.

Referências

CARPENTER, S. L.; KENNEDY, W. J. D. Reaching and carrying out agreements. In: _____.
Managing Public Disputes. San Francisco: Jossey - Bass Publishers, 1988. p. 137-154. Disponível em:
<<http://www.colorado.edu/conflict/peace/carp7508.htm>>. Artigo que explica como se chega ao consenso e qual o processo utilizado (em inglês).

JOGOS COOPERATIVOS

Antecedentes: O conceito de jogos cooperativos teve início com Terry Orlick, pesquisador canadense que, a partir de estudos iniciados nos anos 70, desenvolveu o princípio dessas atividades físicas cujos elementos primordiais são: a cooperação, a aceitação, o envolvimento e a diversão. Orlick questionou as regras dos jogos tradicionais e adaptou-os para transformá-los em jogos cooperativos. No Brasil, Fábio Otuzi Brotto é um dos precursores desse novo enfoque.

Conceito: Os jogos cooperativos visam harmonizar o desenvolvimento da habilidade física com o desenvolvimento das potencialidades pessoais e coletivas dos alunos. Neles existe cooperação, que significa agir em conjunto para superar um desafio ou alcançar uma meta, enquanto nos jogos competitivos cada pessoa ou time tenta atingir um objetivo melhor do que o outro, por exemplo, marcando mais gols, cumprindo um percurso em menor tempo etc.

Nos jogos cooperativos, os jogadores jogam com os outros e não contra eles. Visam ganhar com o outro e não do outro. Reina um clima de descontração em vez de tensão, já que a vitória é compartilhada e representa uma conquista de todos. Isto desenvolve o sentido de pertença ao grupo e responsabilidade social, visto que a solidariedade se mostra altamente compensatória. Nos jogos cooperativos, ninguém é isolado ou rejeitado porque falhou.

Os jogos cooperativos também nos ensinam a lidar com a competitividade existente dentro de nós. Compreender a competição e as emoções relacionadas a ela num ambiente assistido, no espaço da aprendizagem, é uma oportunidade para que as crianças passem a lidar com a realidade do mundo competitivo de maneira mais serena e equilibrada.

Aplicação: Os jogos cooperativos difundiram-se rapidamente e hoje diversos autores desenvolvem jogos cooperativos aplicados à educação, administração de empresas e serviços comunitários.

Referências

BROTTO, F. O. *Jogos cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de convivência*. Santos: Editora Projeto Cooperação, 2006.

CALLADO, C. V. *Educação para a paz: promovendo valores humanos na escola através da educação física e dos jogos cooperativos*. Santos: Editora Projeto Cooperação, 2004.

PROJETO COOPERAÇÃO. *Portal*. Disponível em: <<http://www.projetocooperacao.com.br>>.

DANÇAS CIRCULARES

Antecedentes: O círculo ou roda é a formação mais comum e universal na história da dança. No período minóico grego mulheres (de mãos dadas) e homens (de braços nos ombros) se reuniam para celebrar a natureza. Na antiga Ucrânia se dançava em roda para cultuar o sol, doador da vida. Os povos da Terra sempre praticaram danças circulares desde os antigos celtas até as atuais brincadeiras de roda. O movimento das danças circulares sagradas nasceu por volta dos anos 70, quando o coreógrafo alemão Bernhard Woslen começou a coletar danças folclóricas

européias, tendo percebido que, deixando de praticar suas danças tradicionais, as pessoas iam perdendo este poderoso meio de expressão popular. No Brasil, o movimento começou na região Sudeste no início da década de 1990, e em 2002 surgiram iniciativas em Belém, PA, e posteriormente na Bahia, Pernambuco e outros estados do Nordeste.

Conceito: As danças circulares são o repositório da formação dos povos, que as praticaram e se fortaleceram pela sua repetição ao longo de sucessivas gerações que, por sua vez, foram moldadas por elas. A alegria e vibração dessas danças constituiu um instrumento de resistência dos povos, que nelas reconheciam sua identidade e sua força. Hoje, as danças circulares abrem espaço para o aprendizado da convivência, visto que para dançar é preciso reconhecer a presença do outro, adaptar-se ao seu modo de se movimentar, harmonizar-se com a presença dos outros bailarinos. Assim, cria sinergia e reconhecimento mútuo com aqueles que estamos vendo frente a frente e ao nosso lado na roda. As danças circulares se prestam também ao exercício da atenção e aprofundamento pela repetição e o refinamento do gesto, uma prática que se faz necessária diante do imediatismo e consumismo que tudo descartam na cultura atual. Ao mesmo tempo, conhecendo o desenho coreográfico de variados povos, o bailarino se abre para a diversidade e para o que existe de perene em todas as tradições. As danças circulares são um aprendizado de convivência harmônica e fraterna que abrange as esferas cognitiva, social, física, psicológica e espiritual dos participantes.

Aplicação: Pela sua característica de fortalecimento dos laços e harmonização entre os bailarinos, tem aplicação em dinâmicas de grupo e atividades de integração grupal. As danças circulares são ainda valiosos instrumentos pedagógicos e lúdicos em situações de aprendizado e crescimento emocional e cognitivo.

Referências

CENTRO DE ESTUDOS TRIOM. *Portal*. Disponível em: <<http://www.triom.com.br/paginas/p04-4fr.html>>.

MANA-MANI – RECRIANDO A DANÇA DA VIDA. *Círculo aberto de comunicação, educação e cultura*. Disponível em: <www.manamani.org.br/principios_dancascirculares.html>.

RAMOS, R. C. L. (Org.). *Danças circulares sagradas: uma proposta de educação e cura*. São Paulo: Ed. Triom, [s.d].

WOSIEN, B. *Dança: um caminho para a totalidade*. São Paulo: Ed.Triom, [s.d.].

_____. *Dança: símbolos em movimento*. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, [s.d.].

A PAZ PEDE PARCEIROS

Antecedentes: Em julho de 2000, a Associação Palas Athena elaborou um projeto para promover ações pela paz com base em conceitos gandhianos trazidos para o contexto atual. Reuniu-se um grupo de voluntários que, usando a sinergia de seus talentos, produziu a custo zero o evento Saberes e Trocas em Torno da Simplicidade Voluntária; no Parque da Água Branca, com apoio da organização Abaçaí Cultura e Arte. O evento gerou grande entusiasmo, que motivou a formação de outras equipes de voluntários e a reprodução do evento em locais públicos como praças, escolas, presídios, terrenos baldios etc., em vários estados do Brasil, com inúmeros desdobramentos.

Conceito: O projeto se funda em três elementos do pensamento gandhiano: 1) a não-violência ativa, ou o cultivo da paz em todas as dimensões da vida, alinhando sempre os meios aos fins propostos; 2) o *empoderamento* ou despertar da capacidade que os indivíduos têm para provocar impacto benéfico na sociedade e 3) a simplicidade voluntária, ou evitar o desperdício e o supérfluo, reciclando coisas e idéias.

Assim, esses encontros têm como objetivo reunir as pessoas do bairro em torno da paz através de atividades lúdicas, artísticas, ecológicas e diálogos, com sua participação direta. Esses encontros:

- São planejados por voluntários e realizados com a participação direta da comunidade.
- São financiados por recursos obtidos através da cooperação e partilha, reutilização e reciclagem de materiais e aproveitamento máximo de alimentos, água e energia.
- Ocupam espaços públicos e estão abertos a toda a população, com entrada franca. Ao mesmo tempo, promovem a preservação do meio ambiente e o respeito à coisa pública.
- Promovem a arte do convívio e a troca de saberes e experiências, valorizando as diferenças e promovendo a diversidade como fonte de riqueza.

- Oferecem atividades lúdicas, educativas, artísticas, intelectuais e culturais e de criação de espaços de convivência como: rodas de conversa, dobraduras em origami, brincadeiras com crianças, jogos cooperativos, oficinas de reciclagem e criação com refugos, oficinas de simplicidade (bonecos de pano, fuxico, fazer sabão, fazer pão e chás aproveitando cascas de frutas e hortaliças, danças circulares pela paz, caminhadas silenciosas, artes corporais como yoga, tai-chi-chuan e outras, momentos poéticos e musicais, eventos midiáticos, feiras de trocas, contação de histórias
- São realizadas numa atmosfera de conagração e celebração da vida e visam sensibilizar os participantes para a multiplicação das ações de paz.

Aplicação: Podendo ser realizado em pequena ou grande escala, por voluntários e a custo praticamente zero, este modelo se presta às situações em que se visam implementar ações coletivas pela paz, cultivar ações e atitudes pacíficas, conscientizar para o potencial do indivíduo de agir em benefício da comunidade e despertar para a partilha e aproveitamento de habilidades, recursos, saberes e talentos. A Paz Pede Parceiros já foi realizado em presídios da Baixada Santista (SP), em unidades da Fundação Casa, em escolas públicas e, mais freqüentemente, em praças e parques.

Referências

PALAS ATHENA: filosofia em ação. *Portal*. Disponível em: <www.palasathena.org.br>.

MEDICINAS INTEGRATIVAS

Antecedentes: A Organização Mundial da Saúde (OMS) vem estimulando o uso das medicinas tradicionais/complementares/alternativas nos sistemas de saúde de forma integrada às técnicas da medicina ocidental moderna após constatação de que as terapias complementares são cada vez mais procuradas cada vez mais no mundo todo. Em seu documento *Estratégia da OMS 2002-2005*, preconiza o desenvolvimento de políticas públicas observando os requisitos de segurança, eficácia, qualidade, uso racional e acesso. Também a constituição brasileira, no inciso II do art. 198, dispõe sobre a integralidade da atenção à saúde como diretriz do Sistema Único de Saúde. Assim, em 4 de maio de 2006, foi publicada no *Diário Oficial da União* portaria que aprova a política nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde.

Conceito: A adoção de práticas integrativas consiste na utilização, como coadjuvantes de tratamento, de métodos de prevenção de doenças e manutenção da saúde diferentes dos métodos da medicina ocidental tradicional. O objetivo é disponibilizar opções de diferentes abordagens preventivas e terapêuticas ao usuário dos serviços de saúde, abordagens essas que tratem não apenas a doença, mas o indivíduo como um todo, bem como sua relação com o contexto social. Tão importante quanto estes objetivos imediatos, é a utilização das medicinas integrativas para fortalecer o exercício da cidadania e da participação social, aprimorar a relação médico-paciente e consequentemente promover a humanização da atenção. Esses métodos são, por exemplo: a acupuntura (e outras práticas corporais complementares da medicina chinesa), a homeopatia, a fitoterapia, o termalismo social ou crenoterapia (normalmente conhecidos como tratamentos com águas minerais), a meditação e o ioga, entre outros. Esta abordagem multidisciplinar para promover a saúde obtém resultados terapêuticos superiores ao tratamento tradicional isolado, algumas vezes com menor custo, além de fortalecer a expressão das potencialidades humanas.

Aplicação: No Brasil já existem inúmeros programas em andamento. Devido ao grande potencial do país no campo das plantas medicinais, a fitoterapia já foi integrada às estratégias de atenção básica à saúde do SUS com grande sucesso. Exemplos disso são as cidades de Manaus, AM, e Campinas, SP, sendo que nesta última cidade cerca de 10 mil pessoas fazem uso de fitoterapia como tratamento prioritário. Outro exemplo é o da meditação, reconhecida pelos cientistas como eficaz coadjuvante no tratamento de doenças psicossomáticas, depressão e ansiedade, hipertensão e esclerose múltipla. Na capital de São Paulo, a Lei Municipal nº 13.717, de janeiro de 2004, deu início ao seu uso em postos de saúde e hospitais de toda a rede municipal. Notícia publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* em 7.7.2006 relata que 70% dos postos de saúde da capital paulista oferecem práticas integrativas, incluindo a meditação.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de práticas integrativas e complementares do SUS*. Disponível em: <bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf>

CAMPINAS. Secretaria Municipal de Saúde. *Portal*. Disponível em: <www.campinas.sp.gov.br/saude>

CENTRO DE ESTUDOS DE TERAPIAS NATURAIS. *Íntegra da Portaria nº 97 de 3 mai 2006 do Ministério da Saúde*. Disponível em: <www.acupunturamanaus.com.br/integra.html>

MEDICINA se rende à prática da meditação. *O Estado de São Paulo*, 07 set 2006. Disponível em: <<http://www.estado.com.br/editoriais/2006/07/07>>

REDES SOCIAIS

Antecedentes: Os modelos de desenvolvimento adotados no século XX promoveram o agravamento das desigualdades, ampliando a pobreza e exclusão em todo o mundo. Assim se percebeu que uma nova visão de desenvolvimento social deve ir muito além de investimentos em crescimento econômico – deve promover o desenvolvimento humano para garantir mais que as necessidades básicas e possibilitar que cada um possa assumir o seu próprio desenvolvimento e capacidade de contribuir para o progresso da comunidade em que vive de forma contínua e responsável. No Brasil, a redemocratização marca uma nova fase em que a sociedade civil começou a se mobilizar em busca de soluções para os problemas sociais. Nascia ali o chamado terceiro setor, que na década de 1990 se organizou e passou a interagir com a iniciativa privada e o poder público. Desse esforço nasceram as primeiras iniciativas de organização em rede do país, notadamente o trabalho da psicóloga Lourdes Alves de Souza junto a uma equipe de especialistas do Programa de Rede Social do Senac-SP.

Conceito: A organização em rede é uma estratégia de fortalecimento político e social que, graças a sua complexidade, diversidade e respeito aos princípios de equidade e democracia, educa para o desenvolvimento social sustentável e gera uma cultura colaborativa. Ela vem para se contrapor à organização piramidal, característica da cultura de competição e que se funda na hierarquia, no uso da informação como forma de poder, nas relações de subordinação e na concentração das decisões no topo da pirâmide. A organização em rede é uma nova tecnologia social que busca criar uma cultura colaborativa em que as partes se relacionam com o todo de modo voluntário e equitativo. As relações são horizontais, as decisões são responsabilidade de todos, e o grupo se fortalece através do diálogo, da cooperação e compartilhamento de tarefas e do compromisso com a realização dos projetos comuns assumidos. Numa organização em rede, a educação passa a desempenhar papel central, não mais como formadora de mão-de-obra empresarial, mas como matriz de humanização e formação de cidadãos autônomos e singulares, porém socialmente engajados na construção do bem comum.

Aplicações: As redes sociais têm especial utilidade nos contextos em que é necessária uma estratégia para aglutinar e emprestar sinergia a agentes sociais, comunidades e iniciativas da sociedade civil em torno de objetivos comuns. Grosso modo, cinco elementos são necessários à sua efetivação: 1) reunião em um espaço comum presencial ou virtual para formação de elos entre os componentes; 2) identificação e conhecimento mútuo para estabelecimento de diagnósticos; 3) desenvolvimento de visões de mundo e propostas; 4) composição de parcerias e escolha consensual da missão; 5) definição do projeto ou ação conjunta e formação do compromisso conjunto a fim de realizar planejamento e ações, avaliando por fim os resultados.

Destaca-se, nesse sentido, a iniciativa pioneira da educadora Ute Craemer ao criar, há mais de 30 anos, a Associação Comunitária Monte Azul, que atua nas áreas de educação, saúde, cultura e meio ambiente, tendo promovido a sinergia entre poder público, iniciativa privada e movimentos sociais para transformar uma das comunidades menos privilegiadas no município de São Paulo, as favelas Monte Azul, Peinha e Horizonte Azul, com resultados amplamente reconhecidos nacional e internacionalmente.

Referências

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MONTE AZUL. *Portal*. Disponível em: <www.monteazul.org.br>.

SENAC. *Redes Sociais*. Disponível em: <www.sp.senac.br/redesocial>.

WHITAKER, C. *O desafio do Forum Social Mundial*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2005.

SIMPLICIDADE VOLUNTÁRIA

Antecedentes: A Simplicidade Voluntária é um movimento que tem suas raízes nas tradições espirituais do Oriente e do Ocidente. “Aquele que possuir o suficiente é rico”, disse Lao Tse no século VI a.C. Depois dele, os filósofos gregos nos falaram sobre o “meio termo de ouro” convidando ao equilíbrio que evita excessos. O cristianismo aportou com a idéia da partilha com a comunidade. Por fim, as obras de Ralph Waldo Emerson e Henry David Thoreau, no século XIX, viram na frugalidade e simplicidade o meio de obter maior liberdade e força espiritual.

Conceito: Longe de ser um elogio à pobreza, a simplicidade voluntária é uma proposta de vida que nos convida a priorizar o que é mais importante na nossa vida e deixar de consumir aquilo que

não contribui para nossos ideais e objetivos. Em seu livro *Simplicidade Voluntária*, Duane Elgin mostra que viver com simplicidade exterior ajuda a aumentar a riqueza interior. Complicar a vida, aumentar as preocupações, ansiar por bens materiais que podem ser dispensáveis e difíceis de cuidar e manter em segurança e passar uma vida inteira lutando por uma posição social de destaque pode ser desgastante e pouco compensador. Uma vida de simplicidade consciente em nenhum momento pode ser confundida com uma vida de privações e de pobreza. Buscar uma vida de simplicidade não é abrir mão do conforto, mas, sem dúvida, é ter mais consciência ao fazer escolhas do que é saudável para si e para toda a humanidade. Exemplificando, pensemos num cidadão que opta por ir ao trabalho de bicicleta para não poluir o ambiente, economizar combustível e deixar de lado a vida sedentária, e em outro cidadão que vai ao trabalho de bicicleta por pura falta de opção. No primeiro caso, o ciclista faz dessa rotina um prazer; e no segundo, o cidadão pode estar ressentido pela falta de escolha. As nossas escolhas de consumo extrapolam o âmbito individual para ganhar dimensões globais e, nesse cenário, cada um de nós é responsável pela maneira como faz uso de cada momento.

Aplicações: Sendo uma filosofia de vida, a simplicidade voluntária se aplica a todas as situações do cotidiano, beneficiando a nossa vida individual e a da comunidade. Não há uma receita para definir uma vida de simplicidade consciente, e a criatividade e liberdade de cada um é que abrirão espaços para alternativas de vida mais satisfatórias e geradoras de desenvolvimento pessoal e atitudes socialmente responsáveis. Por exemplo, digamos que alguém decida não comprar mais revistas para ler sobre a vida de celebridades e novelas toda semana. Ao final de um ano, terá economizado o suficiente para fazer uma pequena viagem ou um curso de seu interesse. No caso do ciclista mencionado acima, além de beneficiar a si mesmo, ele beneficia também a comunidade.

Referências

ELGIN, D. *Simplicidade voluntária*. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 1998.

PRADERVAND, P. *Administrar meu dinheiro com liberdade*. São Paulo: Vozes, 2008.

SIMPLICIDADE.NET. *Site*. Disponível em: <<http://www.simplicidade.net/abertura.htm>>.

SIMPLICIDADE VOLUNTARIA. *Site*. Disponível em: <<http://www.simplicidadevoluntaria.com/socied.htm>>.

CONSUMO RESPONSÁVEL

Antecedentes: A superpopulação e o estilo de vida consumista, por um lado, e a finitude dos recursos naturais, por outro, produzem uma equação propensa ao insucesso. Ao contrário do que se pensou durante séculos, a Terra não é fonte de recursos inesgotáveis. As pesquisas científicas publicadas pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas deixam muito claro aquilo que cientistas do mundo todo vêm sinalizando há tempos. O planeta Terra não sobreviverá aos hábitos de consumo que desenvolvemos. Outra constatação importante da modernidade é que o consumidor tem um grande poder, pois aquilo que ele compra é produzido, e o que ele não compra deixa de ser produzido. Daí o conceito de consumo responsável ser uma ferramenta vital para os habitantes da casa mundial no século XXI.

Conceito: Consumo responsável é a utilização do poder de consumo do indivíduo como forma de estar no mundo de modo responsável, contribuindo para criar um mundo melhor, em que as futuras gerações possam viver. Entre outras coisas, significa:

- Comprar apenas produtos que não foram produzidos com mão-de-obra escrava ou com materiais e tecnologia prejudiciais ao meio ambiente.
- Consumir apenas o necessário, evitando também o desperdício de combustível, água, eletricidade, alimentos e outros bens.
- Comprar produtos duráveis e de qualidade, que não agredam a saúde nem o meio ambiente.
- Dar preferência a produtos cujas embalagens possam ser recicladas ou embalagens retornáveis.
- Dar preferência a alimentos produzidos sem agrotóxicos e aditivos químicos.
- Separar o lixo reciclável corretamente, destinando papel, plástico, metal, pilhas e óleo de cozinha aos postos de coleta mais próximos.
- Levar uma sacola às compras, para diminuir o consumo de sacolas plásticas. Usar copos de vidro ou louça em vez de copos de plástico.

Por outro lado, muitos empresários estão colocando no mercado produtos que recebem certificados de origem e são produzidos de modo mais “limpo”. Eles também contribuem, aproveitando os resíduos

industriais, economizando energia elétrica, reciclando água no processo produtivo, cumprindo as leis ambientais e apoiando projetos socioambientais.

A educação ambiental na escola e na comunidade é igualmente importante, pois forma consumidores atentos, responsáveis e conscientes de seu papel na construção de um mundo melhor.

Aplicação: Como se viu acima, cada momento do dia é ocasião para ser um consumidor responsável. É sempre bom descobrir novas formas de contribuir para o bem de todos nós, seja em casa, na empresa ou na escola.

Referências

DOMINGUEZ, J.; ROBIN, V. *Dinheiro e vida*. São Paulo: Cultura, 2007.

INSTITUTO AKATU. *Site*. Disponível em: <<http://www.akatu.org>>.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Antecedentes: Desenvolvimento Sustentável, segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU, é aquele que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades. O conceito deriva inicialmente do relatório elaborado pelo Instituto Tecnológico de Massachusetts para o Clube de Roma, intitulado *Os limites do crescimento* e, posteriormente, do conceito de ecodesenvolvimento proposto nos anos 70 por Maurice Strong e Ignacy Sachs durante a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1972. A CMMAD adotou o conceito de desenvolvimento sustentável em seu relatório *Nosso futuro comum*, que foi definitivamente incorporado como um princípio durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Cúpula da Terra de 1992, no Rio de Janeiro.

Conceito: O desenvolvimento sustentável busca o equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico a fim de viabilizar o futuro no planeta. Trata-se de um abrangente conjunto de metas para a criação de um sistema econômico equilibrado. Em 2002, a Declaração de Política da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável afirmou que o desenvolvimento sustentável é

construído sobre “três pilares interdependentes e mutuamente sustentadores”: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. Esse paradigma reconhece a complexidade e o inter-relacionamento de questões críticas como pobreza, desperdício, degradação ambiental, decadência urbana, crescimento populacional, igualdade de gêneros, saúde, conflito e violações aos direitos humanos. O Projeto de Implementação Internacional apresenta quatro elementos principais do desenvolvimento sustentável: 1) compreensão das instituições sociais e seu papel na transformação e no desenvolvimento; 2) conscientização da fragilidade do ambiente físico e os efeitos sobre a atividade humana e as decisões; 3) sensibilidade aos limites e ao potencial do crescimento econômico e seu impacto na sociedade e no ambiente, com o comprometimento de reavaliar os níveis de consumo pessoais e da sociedade e 4) valores, diversidade, conhecimento, línguas e visões de mundo associados à cultura formam um dos pilares do desenvolvimento sustentável e uma das bases da educação para o desenvolvimento sustentável.

Aplicação: O conceito de desenvolvimento sustentável serviu como base para a formulação da Agenda 21, com a qual mais de 170 países se comprometeram, por ocasião da Conferência Eco 92 no Rio de Janeiro. Além disso, orienta a atividade de empresários e empresas que buscam caminhos para desenvolver seus negócios com vistas à sustentabilidade e responsabilidade ambiental e social.

Referências

CAVALCANTI, C. *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*, São Paulo: Cortez, 1995.

FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. *Site*. Disponível em: <<http://www.fbds.org.br/>>.

MUNDO SUSTENTÁVEL. *Site*. Disponível em: <<http://www.mundosustentavel.com.br/>>.

TRIGUEIRO, A. *Meu ambiente no século XXI*. [S.l.]: Editora Sextante, 2003.

_____. *Mundo sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação*. 2 ed. Editora Globo, 2005.

Vamos Ubuntar?

Nada de Nada

este conto é de Kurt Kauter, traduzido aqui em versão livre.

Sabes me dizer quanto pesa um floco de neve? perguntou um pardal a um pombo silvestre.

Nada de nada – foi a resposta.

Nesse caso vou lhe contar uma história maravilhosa – disse o pardal.

Eu estava sentado no ramo de um pinheiro quando começou a nevar.

Não era nevasca pesada ou furiosa. Nevava como em um sonho: sem ruído nem violência. Já que não tinha nada melhor a fazer, pus-me a contar os flocos de neve que se acumulavam nos galhos e agulhas do meu ramo. contei exatamente 3.741.952. Quando o floco número 3.741.953 pousou sobre o ramo – nada de nada como você diz – o ramo se quebrou.

Dito isso, o pardal partiu em vôo.

A pomba, uma autoridade no assunto desde Noé, pensou um pouco na história e finalmente refletiu:

Talvez esteja faltando uma única voz para trazer paz ao mundo.

Talvez a tua... Vamos ubuntar!

Referências bibliográficas

- MORIN, E.; KORN, A. B. *Terra pátria*. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. p. 137.
- ARISTÓTELES. *Ética a nicômaco*, v. 2, 3.4.
- O ESTADO DE SÃO PAULO, a. 128, n. 41.381; p. 1; A 25-27, 3 fev. 2007.
- WORLD BANK. *Global monitoring report, 2008*. Washington, D. C.: The World Bank, 2008. cap., p. 184-186.
- SAHTOURIS, E. *A dança da terra, sistemas vivos em evolução: uma nova visão da biologia*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1998. p. 204-205.
- MEHTA, G. *Escadas e serpentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 173.
- JAIN, J. C. *Jainismo: vida e obra de Mahavira Vardhamana*. São Paulo: Palas Athena Editora, 1982. p. 68.
- ROMILLY, J. de . A Paz na antiguidade. In: _____ et al. *Imaginar a paz*. Brasília: UNESCO, Paulus Editora, 2006.
- HESÍODO. *Teogonia: a origem dos deuses*. São Paulo: Iluminuras, 2006. p. 62.
- PADOVANI, H.; CASTAGNHOLA, P. L. *História da filosofia*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1995. p. 149.
- GUIMARÃES, M. R. *Paz, reflexões em torno de um conceito*. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/educar/balestreri/inquietude/marcelorezend.htm>>.
- BOBBIO, N. *O problema da guerra e as vias da paz*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 161.
- AHLMARK, P. A democracia e a paz. In: ROMILLY, J. de et al. *Imaginar a Paz*, op. cit.
- PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. *Hypnos: ethos, ética*. São Paulo, Centro de Estudos da Antiguidade Greco-Romana da PUC-SP, Educ/Palas Athena Editora, n. especial, p. 41, 1997.
- SAVATER, F. *Ética para meu filho*. São Paulo: Martins Fontes, São Paulo, 2004. p. 57.

- MORA, J. F. *Diccionario de filosofia*. Madri: Alianza Editorial, Madri, 1986. p. 1971-1972,
- ATHIAS, G. *Dias de Paz: a abertura das escolas paulistas para a comunidade*. Brasília: UNESCO, 2006. p. 80.
- JARES, X. R. *Educar para a paz em tempos difíceis*. São Paulo: Palas Athena Editora, 2007. p. 45.
- MACHADO, N. J. *Educação: projetos e valores*. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 39. (Coleção Ensaio Transversais).
- MATURANA, H. *El sentido de lo humano*. 4. ed. Santiago de Chile: Dolmen Ediciones, 1993. p. 51.
- GALTUNG, J. *Transcender e transformar: uma introdução ao trabalho de conflitos*. São Paulo: Palas Athena Editora, 2006. p. 11.
- DEMOS, P. Pobreza, política, direitos humanos e educação: síntese. In: _____ et al. *Educando para os direitos humanos*. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. p. 35.
- MULLER, J.-M. *Não-violência na educação*. São Paulo: Palas Athena Editora, 2007. p. 85.
- PANIKKAR, R. *O Espírito da política: homo politicus*. São Paulo: Triom, 2005.
- CENTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN Y INFORMACIÓN PARA LA PAZ; UNIVERSIDAD PARA LA PAZ. *El estado de la paz y la evolución de las violencias: la situación de América Latina*. Montevideo: CIIP, Universidad para la Paz, Montevideo, 2000, pág. 184.
- FRIEDMAN, A.; CRAEMER, U. (Orgs.). *Caminhos para uma aliança pela infância*. São Paulo: Aliança pela Infância, 2003. p. 156-157.

Nota sobre o autora

Lia Diskin é formada em Jornalismo, com especialização em Crítica Literária pelo Instituto Superior de Periodismo José Hernandez (Buenos Aires). É co-fundadora da Associação Palas Athena e criadora de dezenas de programas culturais e sócio-educativos. Atualmente coordena o Comitê Paulista para a Década de Paz e preside o Comitê Deliberativo da Associação Palas Athena.